

# PROPOSTA VIATEC

EDITAL Nº. 01/2023





**ANEXO I**  
**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**DADOS DO PROPONENTE**

RAZÃO SOCIAL: VIATEC ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 18.280.003/0001-91

ENDEREÇO: QUADRA 401 SUL, AV. TEOTÔNIO SEGURADO, LOTE 17 SALA 404

FONE: 6398481-0219

EMAIL: FABIO.VIATEC@GMAIL.COM

SITE: WWW.VIATECENGENHARIA.COM.BR

**À**

**CODEVASF**

**SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I**

**CEP 70.830.901 – Brasília-DF**

Ref.: Edital nº 01/2023

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º 01/2023 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para contratação de empresa especializada para a elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e Projeto Básico de Engenharia para construção de uma ponte sobre o Rio Paranã, vias de acesso e infraestrutura completa, visando o desvio do tráfego no entorno da Barragem do Paranã nas proximidades da GO-485 e GO-116, localizadas no estado de Goiás, pelo valor global de **R\$ 569.999,96 (Quinhentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, de acordo com a planilha de preços em Anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e Anexos, observando rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da CODEVASF, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do contrato, para a realização do contrato.

Foram utilizados em nosso orçamento a Taxa de BDI de: 28,28 % e Encargos Sociais: 89,88%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de Lucro Presumido.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, 13/07/2023, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o Sr. FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS, carteira de Identidade nº 14.383-050, Órgão Expedidor SSP-MG, ao qual outorgamos os mais amplos poderes

📞 Telefones: (63) **98102-9247 / 98481-0219**

📍 Quadra 104 Sul, Avenida LO 01, Lote 17, Sala 04, Plano Diretor Sul, Palmas-TO

inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa, que conhece o local e que possui uma avaliação dos problemas futuros, que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes de localização dos serviços, e que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal e nas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e que não serão transferidos à CODEVASF a responsabilidade por seu pagamento.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos e que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CODEVASF.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

Palmas TO, 13 de Julho de 2023

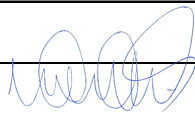


**VIATEC ENGENHARIA LTDA**

**CNPJ. 18.280.003/0001-91**

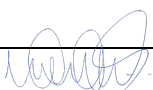
***Fábio Vinicius de Souza Santos***

**CPF. 015.877.846-45**

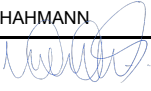
PROPOSTA FINANCEIRA DO PROJETO									CODIGO: <b>PFP</b>	
NOME DA CONSULTORA: <b>VIATEC ENGENHARIA LTDA.</b>										
PROJETO:  Ponte Rio Paraná /GO					CONTRATANTE:  Codevasf (9ª SR)				BASE: Maio/2023	
Base	Cod1	Cod2	Categoria / Insumo	Uni	Qde	CUD	PU	FatorK	CT	PT
SICRO	MO	P8061	Engenheiro Sênior (Coordenador)	mês	7,00	8.669,77	22.307,32	2,573	60.688,39	156.151,24
SICRO	MO	P8067	Engenheiro Sênior – Projetista Ponte	mês	2,00	11.300,00	29.225,19	2,5863	22.600,00	58.450,38
SICRO	MO	P8066	Engenheiro Pleno – Projetista Estrada	mês	1,50	11.294,64	29.503,86	2,6122	16.941,96	44.255,79
SICRO	MO	P8058	Engenheiro Pleno – Ambiental	mês	1,50	11.300,00	29.456,84	2,6068	16.950,00	44.185,26
SICRO	MO	P8135	Administrativo (Secretariado)	mês	7,00	1.550,00	5.173,90	3,338	10.850,00	36.217,30
PROP	DP	V1	Diárias	dia	13,00	160,00	205,25	1,2828	2.080,00	2.668,25
GOINFRA	LO	10202	Pick-up Cab. Dupla 2.8 4x4 Diesel	dia	7,00	250,00	320,70	1,2828	1.750,00	2.244,90
CODE	EM	M4	Relatório Final	un	1,00	1.478,80	1.897,00	1,2828	1.478,80	1.897,00
CODE	SG	TP	Levantamento Planialtimétrico com RPA (VANT)	ha	1.300,00	-	31,15	-	-	40.495,00
CODE	SG	TP	Serviços Topográficos (exceto LP com RPA)	un	1,00	-	56.785,30	-	-	56.785,30
CODE	SG	GT	Total Serviços Geotécnicos	un	1,00	-	126.649,54	-	-	126.649,54
<b>TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS</b>							<b>R\$ 133.339,15</b>			
<b>TOTAL DOS ENCARGOS E DESPESAS DIVERSAS</b>							<b>R\$ 212.730,97</b>			
<b>VALOR TOTAL DA MÃO-DE-OBRA E DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>							<b>R\$ 346.070,12</b>			
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E GEOTÉCNICOS</b>							<b>R\$ 223.929,84</b>			
<b>TOTAL DA PROPOSTA</b>							<b>R\$ 569.999,96</b>			
NOME DO INFORMANTE: BRUNO MARQUES ROCHA									QUALIFICAÇÃO ENG. CIVIL	
ASSINATURA: 									DATA: 13/07/2023	
OBSERVAÇÃO:										
Alocar os Insumos MO, com respectivo FatorK, dentro da categoria de vínculo contratual (com ou sem) de cada tipo de profissional										
Uni - unidade de medição do insumo;										
Qde - Quantidade do Insumo (não pode ocorrer alteração pela Licitante)										
CUD - Custo Unitário Direto do Insumo (sem encargos, taxas e impostos, valor não pode ser maior que o Orçado pela Codevasf)										
CT - Custo Total (sem encargos, taxas e impostos) - CT = Qde x CUD										
FatorK - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos (detalhar composição nas Planilhas "PFP2.1", "PFP2.2", "PFP3")										
PU - Preço Unitário do Insumo (incluído encargos, taxas e impostos) - PU = CUD x FatorK										
PT - Preço Total do Insumo (incluído encargos, taxas e impostos) - PT = Qde x PU										
P - Profissionais nível superior nas áreas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, conforme disposições da Lei 4.950-A/66										
S - Profissionais de nível superior nas demais áreas de atuação, incluindo Arqueólogo, Biólogo, Geógrafo e Sociólogo										
T - Profissionais de nível médio técnico nas diversas áreas de atuação										
A - Profissionais de nível médio de apoio técnico-administrativo										
* - Os salários dos engenheiros foram alterados proporcionalmente considerando o salário mínimo vigente a partir de 01/2023.										



SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS						CODIGO: <b>PFP-1.1</b>	
NOME DA EMPRESA: <b>VIATEC ENGENHARIA LTDA.</b>							
PROJETO: Ponte Rio Paraná/GO					CONTRATANTE: Codevasf (9ª SR)		BASE: Maio/2023
Cod.	Base	Insumos	Uni	Qde	Preço Unitário (PU)	Preço Total (PT)	
TP8	CODE	Nivelamento Geométrico dos Eixos classe IIN	km	8	512,00	4.096,00	
TP9	CODE	Seções Transversais (Nivelamento IIIN)	km	18,00	256,00	4.608,00	
TP16.1	CODE	Poligonal classe IIP	km	18,00	1.100,00	19.800,00	
A.05.000.080359	CPOS	Pontos GPS de dupla frequencia (L1/L2)	un	20,00	755,00	15.100,00	
TP23	CODE	Cadastro Físico	ha	500	11,60	5.800,00	
TP24	CODE	Cadastro Agrícola	ha	500	4,00	160,00	
TP25	CODE	Cadastro Jurídico	ha	500	7,75	250,00	
TP26	CODE	Cadastro Socioeconomico	ha	500	2,55	1.275,00	
TP21	CODE	Levantamentos Topobatimétricos	km	2	820,00	1.640,00	
TP20	CODE	Levantamentos Ecobatimétricos	ha	2	554,00	1.108,00	
TP11	ED.5/2022/BSB	Levantamento Planialtimetrico com RPA (VANT)	ha	1.300	31,15	40.495,00	
4707	ORSE	Marco de Concreto (12x18x60cm)	un	20,00	42,90	858,00	
TP28	CODE	Barrote de Madeira (10x10x50cm)	un	70,00	18,65	1.305,50	
TP29	CODE	Piquete de Madeira (2x2x20cm)	un	180,00	1,56	280,80	
PD6	CODE	Picada Manual	km	4,00	126,00	504,00	
<b>TOTAL SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS</b>						<b>R\$ 97.280,30</b>	
NOME DO INFORMANTE: BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN					QUALIFICAÇÃO: ENG. CIVIL		
ASSINATURA: 					DATA: 13/07/2023		
OBSERVAÇÃO: Uni - unidade de medição do insumo; Qde - Quantidade do Insumo (não pode ocorrer alteração pela Licitante) PU - Preço Unitário (composições padrão da Codevasf, já incluso o FatorK)							

SERVIÇOS GEOLÓGICOS/GEOTÉCNICOS						CODIGO: <b>PFP-1.2</b>
NOME DA EMPRESA: <b>VIATEC ENGENHARIA LTDA.</b>						
PROJETO:  Ponte Rio Paraná/GO				CONTRATANTE:  Codevasf (9ª SR)		BASE: Maio/2023
Cod.	Base	Insumos	Uni	Qde	Preço Unitário (PU)	Preço Total (PT)
A.07.000.020350	CPOS	Sondagem Rotativa: (Des)Mobilização	un	1	6.685,52	6.685,52
01.002.0015-0	EMOP	Sondagem Rotativa: Ø N em rochas	m	40	320,03	12.801,20
01.002.0003-A	EMOP	Sondagem Rotativa: em solo	m	60	125,15	7.509,00
GT1.4.1	CODE	Sondagem Rotativa: Desloc/Instalação 0-200 m	un	7	Já incluso*	-
GT1.4.2	CODE	Sondagem Rotativa: Desloc/Instalação 201-500 m	un	1	Já incluso*	-
A.07.000.020476	CPOS	Sondagem Percussão: (Des)Mobilização	un	1	1.234,48	160,00
A.07.000.020483	CPOS	Sondagem Percussão: com SPT - Terrestre	m	70	97,20	250,00
02.02.05	SIURB	Sondagem Percussão: Desloc/Instalação 0-200 m	un	9	180,52	1.624,68
02.02.06	SIURB	Sondagem Percussão: Desloc/Instalação 201-500 m	un	1	270,79	270,79
A.07.000.020486	CPOS	Sondagem a Trado	m	40	89,58	3.583,20
GT5	CODE	Poços de Inspeção	m	20	190,68	3.813,60
E200340122	EMBASA	Ensaio: Umidade Natural	un	25	68,87	1.721,75
01.001.0091-A	EMOP	Ensaio: Densidade Natural	un	25	48,94	1.223,50
11451	DER-ES	Ensaio de Limites de Liquidez e Plasticidade - por amostra	un	25	166,00	4.150,00
4682	ORSE	Ensaio: Granulometria por Peneiramento	un	25	150,00	3.750,00
01.07.07U	COMPESA	Ensaio: Granulometria por Sedimentação	un	25	124,27	3.106,75
E200340125	EMBASA	Ensaio: Compactação Proctor Normal	un	25	163,57	4.089,25
E200340116	EMBASA	Ensaio: Massa Específica Real dos Grãos	un	25	65,78	1.644,50
97.01.18	SUDECAP	Ensaio: Adensamento Oedométrico	un	10	165,00	1.650,00
GT6.1.10	CODE	Ensaio: Triaxial UU ã consolidado ã drenado	un	5	822,95	4.114,75
GT6.1.11	CODE	Ensaio: Triaxial CU consolidado ã drenado	un	5	1.129,48	5.647,40
GT6.1.12.1	CODE	Ensaio: Expansão colapsividade em anéis de adensamento	un	15	380,80	5.712,00
GT6.1.12.2	CODE	Ensaio: Determinação da pressão de expansão	un	15	300,93	4.513,95
E200320120	EMBASA	Ensaio: Dispersão Granulometria Comparativa	un	10	287,40	2.874,00
E200320121	EMBASA	Ensaio: Dispersão Crumb Test	un	10	122,19	1.221,90
GT6.1.15	CODE	Ensaio: Perda de Água 5 estágios	un	10	361,18	3.611,80
GT6.1.16.1	CODE	Ensaio: Análise Química da Areia	un	10	272,00	2.720,00
GT6.1.16.2	CODE	Ensaio: Mineralogia da Areia	un	10	315,00	3.150,00
GT6.1.17	CODE	Ensaio: Análise Petrográfica/Mineralogia	un	10	317,00	3.170,00
GT6.1.18	CODE	Ensaio: Abrasão "LOS ANGELES"	un	10	248,00	2.480,00
GT6.1.19	CODE	Ensaio: Reatividade Potencial	un	10	830,00	8.300,00
97.01.20	SUDECAP	Ensaio: Permeabilidade Vertical de Carga Variável	un	20	300,00	6.000,00
95.08.02	SUDECAP	Ensaio: Retirada de Amostra Indeformada	un	15	600,00	9.000,00
GT6.1.22	CODE	Ensaio de Permeabilidade "in situ"	un	20	305,00	6.100,00
<b>TOTAL SERVIÇOS GEOTÉCNICOS</b>						<b>R\$ 126.649,54</b>
NOME DO INFORMANTE: BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN				QUALIFICAÇÃO: ENG. CIVIL		
ASSINATURA: 				DATA: 13/07/2023		
LEGENDA: Uni - unidade de medição do insumo; Qde - Quantidade do Insumo (não pode ocorrer alteração pela Licitante) PU - Preço Unitário (composições padrão da Codevasf, já incluso o FatorK) PT - Preço Total (incluindo encargos, taxas e impostos) - PT = Qde x PU						

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Ka									CODIGO: <b>PFP-2.1</b>	
NOME DA CONSULTORA: <b>VIATEC ENGENHARIA LTDA.</b>										
PROJETO:  Ponte Rio Paraná /GO					CONTRATANTE:  Codevasf (Sede)			BASE: Maio/2023		
Base	Cod Sicro	Cod1	Cod2	Categoria / Insumo	K1	K2	K3	K4	Ka	
SICRO	P8061	MO	P0	Engenheiro Sênior (Coordenador)	85,58%	15,00%	16,62%	10,00%	2,5730	
SICRO	P8067	MO	P1	Engenheiro Sênior – Projetista Ponte	86,61%	15,00%	16,62%	10,00%	2,5863	
SICRO	P8066	MO	P2	Engenheiro Pleno – Projetista Estrada	88,63%	15,00%	16,62%	10,00%	2,6122	
SICRO	P8058	MO	P2	Engenheiro Pleno – Ambiental	88,21%	15,00%	16,62%	10,00%	2,6068	
SICRO	P8135	MO	A1	Administrativo (Secretariado)	145,21%	15,00%	16,62%	10,00%	3,3380	
NOME DO INFORMANTE: BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN 										QUALIFICAÇÃO ENG. CIVIL
ASSINATURA:								DATA: 13/07/2023		
OBSERVAÇÃO: Alocar os Insumos MO, com respectivo FatorK, dentro da categoria de vínculo contratual (com ou sem) de cada tipo de profissional K1 - Encargos Sociais - Valores obtidos do Relatório de Consolidação dos Custos de Mão de obra do SICRO (Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: janeiro 2023 K2 - Custos da Administração Central K3 - Despesas Fiscais - 16,62 K4 - Remuneração da empresa (LUCRO) Ka - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra COM VINCULO (incide apenas no Insumo Código M.O.) $Ka = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$										

DESPESAS FISCAIS E CUSTOS DIVERSOS: Kc				CODIGO: <b>PFP-3</b>	
NOME DA CONSULTORA: <b>VIATEC ENGENHARIA LTDA.</b>					
PROJETO:  Ponte Rio Paraná /GO		CONTRATANTE:  Codevasf (9ª SR)		BASE: Maio/2023	
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>		VALORES			
		% preço	% custo	R\$	
K4	DESPESAS FISCAIS	K' (%) <sup>2</sup>	K (%) <sup>3</sup>		
		14,25%	16,62%		
1	ISS	5,00%	5,83%		
2	PIS	1,65%	1,92%		
3	COFINS	7,60%	8,86%		
K3	REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO)		10,00%		
K2	CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		15,00%		
4	Custos da administração central da empresa (diretoria, pessoal técnico de apoio e pessoal administrativo não diretamente vinculado à prestação dos serviços)		10,00%		
5	Outras despesas que afetam o custo de produção como treinamento, biblioteca, programa de qualidade, programa de benefícios, auditoria interna e externa		3,00%		
6	Despesas fixas e variáveis com patrimônio, aluguéis, comunicação, manutenção e transporte não diretamente relacionados com o custo direto dos serviços		2,00%		
Kc	TAXA RESSARCIMENTO DE DESPESAS SOBRE CUSTOS DIVERSOS		1,2828		
NOME DO INFORMANTE:  BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN			QUALIFICAÇÃO:  ENG. CIVIL		
ASSINATURA: 			DATA:  13/07/2023		
<p>Observação:</p> <p>1 - RELACIONAR OS CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO COM RESPECTIVOS PERCENTUAIS INCIDENTES NA MÃO -DE-OBRA</p> <p>1 - DISCRIMINAR OS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE OS CUSTOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>2 - K4 = INDICAR % DE CADA TRIBUTOS E A SOMA DOS MESMOS</p> <p>3 - PIS e COFINS, <u>Regime de Incidência Acumulativa</u> ou em <u>Regime de Incidência Não Acumulativa</u> de acordo com a forma de apuração do lucro no IRPJ. APRESENTAR COMPROVANTES de aproveitamento de créditos tributários dos últimos 12 meses em caso de aplicação de "percentual de desconto".</p> <p>4 - AS DESPESAS FISCAIS (K4) INCIDEM SOBRE O TOTAL DA FATURA E NÃO SOBRE OS CUSTOS INCORRIDOS, DEVENDO SER CALCULADO O K4' APLICANDO-SE A SEGUINTE FÓRMULA:</p> $K4' = \{ [ 1 / ( 1 - K4 ) ] - 1 \} \times 100$ $K4' = \{ [ 1 / ( 1 - 0,1425 ) ] - 1 \} \times 100$ <p>Kc - Taxa de Ressarcimento de Despesas sobre Custos Diversos (incide sobre os Insumos Código DP e ME)</p> $Kc = (1 + K3) \times (1 + K4)$ <p>K2 - Incide sobre o Custo Total (CT) da Mão de Obra (MO)</p> <p>K3 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO x Ka ou Kb), demais Custos (DP e EQ), e Custos da Administração Central (K2)</p> <p>K4 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO x Ka ou Kb), demais Custos (DP e EQ), e Custos da Administração Central (K2) e Lucro (K3)</p> <p>ISS- O ISS informado na proposta da licitante deve corresponder ao seu domicílio fiscal.</p>					

INSUMOS POR ETAPA/PRODUTO							CODIGO: CRO-1					
Cod1	Cod2	Categoria / Insumo	Uni	Qde	CUD	PU	FatorK	1. EP	2. LP. com RPA.	3. EVTEA	4. Est. Geo. e Top.	5. PB
SICRO	P8061	Engenheiro Sênior (Coordenador)	mês	7,00	8.669,77	22.307,32	2,5730	2,00	0,00	2,00	0,00	3,00
SICRO	P8067	Engenheiro Sênior – Projetista Ponte	mês	2,00	11.300,00	29.225,19	2,5863	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
SICRO	P8066	Engenheiro Pleno – Projetista Estrada	mês	1,50	11.294,64	29.503,86	2,6122	0,00	0,00	0,50	0,00	1,00
SICRO	P8058	Engenheiro Pleno – Ambiental	mês	1,50	11.300,00	29.456,84	2,6068	1,00	0,00	0,50	0,00	0,00
SICRO	P8135	Administrativo (Secretariado)	mês	7,00	1.550,00	5.173,90	3,3380	2,00	0,00	2,00	0,00	3,00
CODE	V1	Diárias	dia	13,00	160,00	205,25	1,2828	7,00	0,00	0,00	0,00	6,00
PROP	E8891	Pick-up Cab. Dupla 2.8 4x4 Diesel	dia	7,00	250,00	320,70	1,2828	5,00	0,00	0,00	0,00	2,00
CODE	M4	Relatório Final	un	1,00	1.478,80	1.897,00	1,2828	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
CODE	ED.5/2022/BSB	Levantamento Planialtimétrico com RPA (VANT)	ha	1.300,00	-	31,15	-	0,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00
CODE	TP	Serviços Topográficos (exceto LP com RPA)	un	1,00	-	160,00	-	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
CODE	GT	Total Serviços Geotécnicos	un	1,00	-	250,00	-	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
TOTAL	VALOR POR PRODUTO		R\$	R\$ 386.975,12				R\$ 87.459,53	R\$ 40.495,00	R\$ 84.442,79	R\$ 410,00	R\$ 174.167,80
			%	100,00%				22,60%	10,46%	21,82%	0,11%	45,01%

OBSERVAÇÃO:

P - Profissionais nível superior nas áreas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, conforme disposições da Lei 4.950-A/66

S - Profissionais de nível superior nas demais áreas de atuação, incluindo Arqueólogo, Biólogo, Geógrafo e Sociólogo

T - Profissionais de nível médio técnico nas diversas áreas de atuação

A - Profissionais de nível médio de apoio técnico-administrativo





CRONOGRAMA SIMPLIFICADO		Mês							
Produtos	Uni	Qde	1	2	3	4	5	6	7
Estudos Preliminares	mês	2	1	1	0	0	0	0	0
Levantamento Planialtimétrico com RPA (VANT)	mês	1	0	1	0	0	0	0	0
Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental	mês	2	0	0	1	1	0	0	0
Estudos Geotécnicos e Topográficos	mês	1	0	0	0	0	1	0	0
Projeto Básico	mês	3	0	0	0	0	1	1	1





HABILITAÇÃO

**JURÍDICA**

## SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

### VIATEC ENGENHARIA LTDA

Por este instrumento particular e na melhor forma do direito, **FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, natural de Belo Horizonte – MG, nascido em 19.11.1986, filho de Geraldo Acacio dos Santos e Ana Maria de Souza Santos, residente e domiciliado à Rua Córrego Machado Qd. 36 Lote 08 Casa 01 – Loteamento Berta Ville – Palmas - TO, CEP: 77.059-042, portador da Carteira Nacional de Habilitação de nº 04970838079, expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito – DETRAN/MG e CPF nº 015.877.846-45 e **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, natural de São Paulo - SP, nascido em 23.06.1983, filho de Adriana Marques Moreira Rocha, residente e domiciliado Qd. ARSE 21 Alameda 03 Lote 03 Apto 1702 – Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP: 77.020-502, portador da cédula de Identidade de nº 1.503.968 2ª via, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins em 19.05.2017 e CPF nº 052.214.776-37, constituídos únicos sócios da empresa: “**VIATEC ENGENHARIA LTDA**”, sociedade empresária limitada, com domicílio comercial sito à Qd. 401 Sul Av. Joaquim Teotônio Segurado, Lote 17 Sala 404 (ACSU SO 40 Conj. 01) – Plano Diretor Sul – Palmas - TO, CEP: 77.015-550, com o contrato social devidamente cadastrado na Junta Comercial do Estado do Tocantins sob o nº 172.00416213, por despacho em sessão do dia 24.05.2013, inscrita no CNPJ sob o nº 18.280.003/0001-91, resolvem em comum acordo alterar pela sétima vez o seu contrato primitivo e alterações posteriores sob as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade passará a ter como objetivo social a exploração do ramo de:

7112-0/00 – Serviços de Engenharia;  
 4120-4/00 – Construção de Edifícios;  
 4211-1/01 – Construção de Rodovias e Ferrovias;  
 4213/8-00 – Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas;  
 4212-0/00 – Construção de Obras de Arte Especiais;  
 4311-8/01 – Demolição de Edifícios e Outras Estruturas;  
 4311-8/02 – Preparação de Canteiro e Limpeza de Terreno;  
 7111-1/01 - Atividades Técnicas Relacionais à Arquitetura;  
 7711-0/00 – Locação de Veículos de Transporte sem Condutor;  
 4321-5/00 – Instalação de Equipamentos para Geração de energia Elétrica por fonte Solar em Instalações Prediais;  
 4322-3/01 – Instalação de Placas Coletoras para Instalações Térmicas Alimentadas por Energia Solar.

**Parágrafo Único:** O objeto do estabelecimento sede (matriz) é o seguinte:

7112-0/00 – Serviços de Engenharia;  
 4120-4/00 – Construção de Edifícios;  
 4211-1/01 – Construção de Rodovias e Ferrovias;  
 4213/8-00 – Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas;  
 4212-0/00 – Construção de Obras de Arte Especiais;  
 4311-8/01 – Demolição de Edifícios e Outras Estruturas;  
 4311-8/02 – Preparação de Canteiro e Limpeza de Terreno;  
 7111-1/01 - Atividades Técnicas Relacionais à Arquitetura;  
 7711-0/00 – Locação de Veículos de Transporte sem Condutor;  
 4321-5/00 – Instalação de Equipamentos para Geração de energia Elétrica por fonte Solar em Instalações Prediais;

4322-3/01 – Instalação de Placas Coletoras para Instalações Térmicas Alimentadas por Energia Solar.

### CLÁUSULA SEGUNDA

O capital social da sociedade que é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, a partir deste ato passará a ser de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, havendo portando em acréscimo de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), que será integralizado com o saldo da conta de Lucros Acumulados, existente no balanço patrimonial encerrado no dia 31.12.2022.

### CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social da sociedade que é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente do país, na seguinte proporção:

<b>SÓCIOS</b>	<b>QUOTA</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
		<b>R\$</b>	
Bruno Marques Rocha Hahmann	1.600.000	1.600.000,00	80
Fábio Vinicius de Souza Santos	400.000	400.000,00	20
	-----	-----	----
<b>T O T A L</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>100</b>

### CLÁUSULA QUARTA

Em consequência das alterações procedidas neste ato, os sócios resolvem editar o seguinte **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**, com prevalência sobre os anteriores, para os fins e efeito de direito, de acordo com as seguintes cláusulas:

## CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Por este instrumento particular e na melhor forma do direito: **FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, nascido em 19.11.1986, filho de Geraldo Acacio dos Santos e Ana Maria de Souza Santos, residente e domiciliado à Rua Córrego Machado Qd. 36 Lote 08 Casa 01 – Loteamento Berta Ville – Palmas - TO, CEP: 77.059-042, portador da Carteira Nacional de Habilitação de nº 04970838079, expedida pelo Departamento Nacional de Transito – DETRAN/MG e CPF nº 015.877.846-45 e **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, natural de São Paulo - SP, nascido em 23.06.1983, filho de Adriana Marques Moreira Rocha, residente e domiciliado Qd. ARSE 21 Alameda 03 Lote 03 Apto 1702 – Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP: 77.020-502, portador da cédula de Identidade de nº 1.503.968 2ª via, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins em 19.05.2017 e CPF nº 052.214.776-37.

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira com o nome empresarial de: “**VIATEC ENGENHARIA LTDA**” e adotou o nome de fantasia de “**VIATEC ENGENHARIA**”.

### CLÁUSULA SEGUNDA

A sede da sociedade fica situada à Qd. 401 Sul Av. Joaquim Teotônio Segurado, Lote 17 Sala 404 (ACSU SO 40 Conj. 01) – Plano Diretor Sul – Palmas - TO, CEP: 77.015-550.

### CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade tem como objetivo social a exploração do ramo de:

7112-0/00 – Serviços de Engenharia;  
 4120-4/00 – Construção de Edifícios;  
 4211-1/01 – Construção de Rodovias e Ferrovias;  
 4213/8-00 – Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas;  
 4212-0/00 – Construção de Obras de Arte Especiais;  
 4311-8/01 – Demolição de Edifícios e Outras Estruturas;  
 4311-8/02 – Preparação de Canteiro e Limpeza de Terreno;  
 7111-1/01 - Atividades Técnicas Relacionas à Arquitetura;  
 7711-0/00 – Locação de Veículos de Transporte sem Condutor;  
 4321-5/00 – Instalação de Equipamentos para Geração de energia Elétrica por fonte Solar em Instalações Prediais;  
 4322-3/01 – Instalação de Placas Coletoras para Instalações Térmicas Alimentadas por Energia Solar.

**Parágrafo Único:** O objeto do estabelecimento sede (matriz) é o seguinte:

7112-0/00 – Serviços de Engenharia;  
 4120-4/00 – Construção de Edifícios;  
 4211-1/01 – Construção de Rodovias e Ferrovias;  
 4213/8-00 – Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas;  
 4212-0/00 – Construção de Obras de Arte Especiais;  
 4311-8/01 – Demolição de Edifícios e Outras Estruturas;  
 4311-8/02 – Preparação de Canteiro e Limpeza de Terreno;  
 7111-1/01 - Atividades Técnicas Relacionas à Arquitetura;  
 7711-0/00 – Locação de Veículos de Transporte sem Condutor;  
 4321-5/00 – Instalação de Equipamentos para Geração de energia Elétrica por fonte Solar em Instalações Prediais;  
 4322-3/01 – Instalação de Placas Coletoras para Instalações Térmicas Alimentadas por Energia Solar.

### CLÁUSULA QUARTA

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve o início nas suas atividades comerciais em 15.05.2013.

### CLÁUSULA QUINTA

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato da sua administração ou por deliberação dos sócios.

### CLÁUSULA SEXTA

O capital social da sociedade que é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente do país, na seguinte proporção:

SÓCIOS	QUOTA	VALOR R\$	%
Bruno Marques Rocha Hahmann	1.600.000	1.600.000,00	80
Fábio Vinicius de Souza Santos	400.000	400.000,00	20
<b>T O T A L</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>100</b>



### **CLÁUSULA SÉTIMA**

A administração da sociedade será exercida pelos dois sócios, **FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS** e **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**, sendo-lhes autorizado o uso do nome empresarial, a quem cabe os poderes e responsabilidades da representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

### **CLÁUSULA OITAVA**

Todos os documentos que disserem respeito à sociedade poderão ser assinados pelos dois sócios, **FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS** e **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**, em conjunto ou individualmente.

### **CLÁUSULA NONA**

Os dois sócios, **FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS** e **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**, terão direito de proceder a uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

A sociedade não entrará em dissolução, interdição ou liquidação pela retirada, morte ou inabilitação de quaisquer dos sócios, não havendo acordo entre o sócio remanescente e os herdeiros do sócio falecido, interdito ou inabilitado, os valores de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

As quotas do capital social são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único: Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social, ou poderá ainda a critério dos sócios e no atendimento dos interesses da sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de reservas de lucros, para posterior aumento do capital social da sociedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios, em reunião, deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso, e qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

A sociedade elege o foro desta comarca de Palmas – TO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais especial que seja para dirimir qualquer dúvida do presente contrato ou divergência da sociedade.

E, por estarem assim justos e combinados, os sócios firmam o presente instrumento de alteração contratual em uma única via, assinando-a, para que possa surtir os efeitos legais desejados.

Palmas – TO., 03 de Maio de 2023.

**FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**

Sócio/Administrador

**BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**

Sócio/Administrador



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VIATEC ENGENHARIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01587784645	FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS
05221477637	BRUNO MARQUES ROCHA



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2023 11:33 SOB Nº 20230195474.  
PROTOCOLO: 230195474 DE 17/05/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12307426879. CNPJ DA SEDE: 18280003000191.  
NIRE: 17200416213. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/05/2023.  
VIATEC ENGENHARIA LTDA

ERLAN SOUZA MILHOMEM  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.simplifica.to.gov.br](http://www.simplifica.to.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

TO

NOME  
FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
MG14383050 SSP MG

CPF  
015.877.846-45

DATA NASCIMENTO  
19/11/1986

FILIAÇÃO  
GERALDO ACACIO DOS SANTOS  
ANA MARIA DE SOUZA SANTOS

PERMISSÃO  
B

ACC  
B

CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
04970838079

VALIDADE  
20/11/2024

1ª HABILITAÇÃO  
24/06/2010

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2238689119

2238689119

2238689119

OBSERVAÇÕES  
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR  
*Fabio Vinicius de Souza Santos*

LOCAL  
PALMAS, TO

DATA EMISSÃO  
04/03/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

69838169045  
TO028566196

TOCANTINS

DENATRAN CONTRAN

## QR-CODE





Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO** / DENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

**BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.503.968 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 19/05/2017

NOME **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**

FILIAÇÃO **ADRIANA MARQUES MOREIRA ROCHA**

NATURALIDADE **SÃO PAULO-SP**

DOC.ORIGEM **CERT. CAS. Nº 11158, LV B-038, FLS 165, EXP.05/05/2017**

**PALMAS-TO**

CPF 052.214.776-37

DATA DE NASCIMENTO 23/06/1983

801743357 1700673 29022

DIRIGENTE DO ÓRGÃO EXPEDIDOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





HABILITAÇÃO

**REGULARIDADE FISCAL**



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>18.280.003/0001-91</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>24/05/2013</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>VIATEC ENGENHARIA LTDA</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>VIATEC ENGENHARIA</b>	PORTE <b>ME</b>
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>41.20-4-00 - Construção de edifícios</b> <b>42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias</b> <b>42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas</b> <b>42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais</b> <b>43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas</b> <b>43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno</b> <b>71.11-1-00 - Serviços de arquitetura (Dispensada *)</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>Q 401 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO <b>LOTE 17 SALA 404 CONJ 01 ACSU SO 40</b>
--	---------------------	---

CEP <b>77.015-550</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>PLANO DIRETOR SUL</b>	MUNICÍPIO <b>PALMAS</b>	UF <b>TO</b>
--------------------------	---	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(63) 8481-0219</b>
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>24/05/2013</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/06/2022** às **14:43:20** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.280.003/0001-91 DUNS®: 90\*\*\*\*93  
Razão Social: VIATEC ENGENHARIA LTDA  
Nome Fantasia: VIATEC ENGENHARIA  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 19/04/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	08/10/2023
FGTS	Validade:	15/07/2023
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	26/08/2023

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	12/08/2023
Receita Municipal	Validade:	15/08/2023

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2024

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 12/07/2023 10:14

CPF: 015.877.846-45 Nome: FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS

Ass: \_\_\_\_\_



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: VIATEC ENGENHARIA LTDA**  
**CNPJ: 18.280.003/0001-91**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:41:02 do dia 10/04/2023 <hora e data de Brasília>.

**Válida até 07/10/2023.**

Código de controle da certidão: **BC1D.FC48.5CCE.EB72**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA**  
**DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS**  
**COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

Número da Certidão:

**4805664**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**RAZÃO SOCIAL** VIATEC ENGENHARIA LTDA

**CNPJ** 18.280.003/0001-91

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**ATIVIDADE ECONÔMICA:**

**ENDEREÇO:** QD 401 SUL, AV JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO

**MUNICÍPIO** PALMAS - TO

**FINALIDADE:**

LICITAÇÃO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

---

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

---

**Data Emissão:** Segunda-feira, 10 de Julho de 2023 - 09h 35m 59s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.





PREFEITURA DE PALMAS  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS  
CONTRIBUINTE**

CPF/CNPJ: **18.280.003/0001-91**

Contribuinte: **VIATEC ENGENHARIA LTDA** Inscrição: **244380**

Endereço oficial: **ACSU SO 40, AV. TEOTONIO SEGURADO, , LOTE 17 SALA 404 CONJ 01 ACSU SO 40, PALMAS-TO**

Endereço de correspondência: **401 S, AV. TEOTONIO SEGURADO, Nº SN, LOTE 17 SALA 404 CONJ 01 ACSU SO 40, PALMAS-TO**

Finalidade: **Licitação**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.**

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço **<http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/>**, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do número identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **18.280.003/0001-91**  
Código de validação: **cb400.0f9c0.5ce8c-921824**

Palmas, 10 de Julho de 2023 às 09:47.

**Certidão válida até 8 de Setembro de 2023**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: **VIATEC ENGENHARIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**

CNPJ: 18.280.003/0001-91

Certidão nº: 6621219/2023

Expedição: 13/02/2023, às 09:41:04

Validade: **12/08/2023** - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VIATEC ENGENHARIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.280.003/0001-91**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 18.280.003/0001-91

**Razão**

**Social:**

**VIATEC ENGENHARIA LTDA**

**Endereço:**

QD 104 SUL AVENIDA LO 1 LOTE 17 SALA 04 / PLANO DIRETOR SUL /  
PALMAS / TO / 77020-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/07/2023 a 04/08/2023

**Certificação Número:** 2023070601494021173823

Informação obtida em 10/07/2023 09:42:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS</b> <b>Secretaria Municipal de Finanças</b> <b>Diretoria de Administração Tributária</b> <b>19 de Outubro de 2021 às 12:58</b>	<b>FORMULÁRIO DE</b> <b>INFORMAÇÕES</b> <b>CADASTRAIS</b> <b>FIC - PESSOA JURÍDICA</b>	<b>CCP</b> <b>268681</b>	<b>Inscrição Municipal</b> <b>244380</b>
---	---	-----------------------------	---

## INFORMAÇÕES GERAIS

<b>Natureza:</b> ALTERAÇÃO	<b>Tipo Inscrição:</b> DEFINITIVO	<b>Data Evento:</b> 18/06/2013
<b>Estabelecimento:</b> COM ESTABELECIMENTO		<b>Horário de Funcionamento:</b> COMERCIAL

## DADOS DO CONTRIBUINTE

<b>Nome/Razão Social:</b> VIATEC ENGENHARIA LTDA		<b>CNPJ:</b> 18.280.003/0001-91
<b>Nome Fantasia:</b> VIATEC ENGENHARIA		
<b>Natureza Jurídica:</b> 2.062 - Sociedade Empresária Limitada		
<b>Tipo Registro:</b> JUNTA	<b>Nº Registro:</b> 17200416213	<b>Data Registro:</b> 24/05/2013
<b>Telefone Fixo:</b> (63) 8481-0219	<b>Celular:</b> (63) 8481-0219	<b>Email:</b> fabio@viatecengenharia.com.br

## ENDEREÇO ATIVIDADE - mesmo endereço para correspondência

<b>Bairro/Quadra/Setor:</b> 104 SUL - I (ACSE I)		<b>Logradouro:</b> AV. LO 01 (AV. LO 01)	
<b>QI/Lote:</b> CONJ. 04 (026)	<b>Número:</b> 17	<b>CEP:</b> 77020-020	<b>Área:</b> 50,00 m²

## ATIVIDADE(S)

<b>Código/Descrição:</b>	<b>Início:</b>	<b>Término:</b>	<b>Princ.</b>
<b>7112000</b> - SERVIÇOS DE ENGENHARIA	14/06/2013		<b>X</b>
<b>7111100</b> - SERVIÇOS DE ARQUITETURA	14/06/2013		
<b>7711000</b> - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR	14/06/2013		

## PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE (SÓCIOS DIRETORES)

<b>Nome:</b>	<b>CPF/CNPJ:</b>	<b>Entrada:</b>	<b>Adm.</b>
FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS	015.877.846-45	14/06/2013	<b>X</b>
<b>Endereço:</b> VERIFICAR, VERIFICAR, Nº SN, SETOR BERTAVILLE QD. 36 LOTE 08 CASA 01, 77260-000		<b>Identidade:</b> 04970838079	
JOICE HAHMANN	006.506.351-16	16/08/2018	
<b>Endereço:</b> 204 SUL, QI. 01, LOTE 002, Nº 03, APTO 1702, 77020-502		<b>Identidade:</b> 01497243743	

## RESPONSÁVEL TÉCNICO

<b>CNPJ:</b> 02.944.297/0001-79	<b>Nome:</b> OCTO - ORG. CONTABIL DO TOCANTINS EIRELI		
<b>Relação com a Empresa:</b> CONTADOR	<b>Inscrição Municipal:</b> 6318-5	<b>Nº Inscrição CRC/UF:</b> 0071/TO	
<b>Endereço:</b> 206 SUL, ALAMEDA 15, QI. H, LOTE 002, Nº 01, APTO 01, 77020-518			
<b>Telefone Fixo:</b> (63) 3215-2436	<b>Celular:</b> (63) 8405-5789	<b>Email:</b> OCTO.CONTABIL@UOL.COM.BR	

## ASSINATURAS

Contribuinte	Responsável Técnico	Órgão Receptor (com data)



QUALIFICAÇÃO

**TÉCNICA**



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-TO**

**Nº 486309/2023**

**Emissão: 28/03/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: 2bxdY**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia do Tocantins - CREA-TO, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

**Interessado(a)**

Empresa: **VIATEC ENGENHARIA LTDA**

CNPJ: 18.280.003/0001-91

Registro: 0000003242

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 500.000,00

Data do Capital: 29/04/2021

Faixa: 3

Objetivo Social: SERVICOS DE ENGENHARIA; CONSTRUCAO DE EDIFICIOS; CONSTRUCAO DE RODOVIAS, FERROVIAS, OBRAS URBANAS E OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS; DEMOLICAO E PREPARACAO DO TERRENO; ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ARQUITETURA E ENGENHARIA E LOCACAO DE VEICULOS DE TRANSPORTE SEM CONDUTOS. EMPRESA HABILITADA PARA A ATIVIDADE DE ENGENHARIA CIVIL, FICANDO A MESMA RESTRITA AS ATRIBUICOES DE SEUS RESPONSAVEIS TECNICOS.

Restrições Relativas ao Objetivo Social:

Endereço Matriz: QUADRA 401 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, LOTE 17, SALA 404, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS, TO, 77015550

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 29/07/2013

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 32560

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

**Informações / Notas**

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2023 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsáveis Técnicos**

Profissional: WARLEY ALVES DE SOUSA

Registro: 2419342445

CPF: 053.\*\*\*.\*\*\*-02

Data Início: 12/08/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuição: ARTIGO 7 DA LEI 5.194 66, ARTIGO 33 DO DECRETO 23.569 33 (EXCETO ALINEAS B, C, D, E) E ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218 73 DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: SIMONE MACIEL DE SOUZA

Registro: 2403964514

CPF: 346.\*\*\*.\*\*\*-91

Data Início: 13/05/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA AMBIENTAL

Atribuição: AS PREVISTAS NA RESOLUCAO 447/2000 DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO







**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
**Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966**

**CREA-TO**

**Nº 486309/2023**

**Emissão: 28/03/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: 2bxdY**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

Profissional: BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN

Registro: 1404711791

CPF: 052.\*\*\*.\*\*\*-37

Data Início: 15/05/2015

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO







**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-TO**

**Nº 486308/2023**

**Emissão: 28/03/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: 3y7A6**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-TO.

**Interessado(a)**

Profissional: **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**

Registro: 1404711791

CPF: 052.\*\*\*.\*\*\*-37

Endereço: \*\*\*\*\*

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL

Data Inicial: 10/09/2009

Data Final: Indefinido

Número do Visto: 202907/V

**Título(s)**

**GRADUAÇÃO**

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Instituição de Ensino: CENTRO UNIV. DA FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA

Data de Formação: 29/08/2007

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

**Informações / Notas**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2023 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsabilidades Técnicas**

Empresa: CONSTRUTORA AIRES GUIMARAES LTDA

Registro: 0000002876

CNPJ: 12.655.160/0001-58

Data Início: 29/05/2013

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: CONSORCIO CAMPOS LINDOS

Registro: 1000069858

CNPJ: 47.739.301/0001-03

Data Início: 28/09/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: VIATEC ENGENHARIA LTDA

Registro: 0000003242

CNPJ: 18.280.003/0001-91

Data Início: 15/05/2015

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-TO**

**Nº 486308/2023**

**Emissão: 28/03/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: 3y7A6**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

---

Empresa: CONSORCIO RESTAURA CIDADES

Registro: 1000059712

CNPJ: 43.267.738/0001-22

Data Início: 12/11/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

---

Empresa: CONSORCIO FORMOSO DO ARAGUAIA

Registro: 1000017840

CNPJ: 26.679.088/0001-03

Data Início: 07/02/2017

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

---

Empresa: CONSÓRCIO EDECONSIL/VIATEC

Registro: 1000074541

CNPJ: 48.878.117/0001-07

Data Início: 06/02/2023

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

---





## DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Licitante Viatec Engenharia Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 18.280.003/0001-91, por seu representante legal Fábio Vinicius de Souza Santos abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que está ciente que local onde serão executados os serviços se localiza no município de Formosa, no estado do Goiás, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Palmas TO, 13 de Julho de 2023

**VIATEC ENGENHARIA LTDA**

***Fábio Vinicius de Souza Santos***

***Representante Legal***

**CPF. 015.877.846-45**

**VIATEC ENGENHARIA LTDA**

***Bruno Marques Rocha Hahmann***

***Responsável Técnico***

**CREA 97.712/D-MG**

 Telefones: (63) 98102-9247 / 98481-0219

 Quadra 104 Sul, Avenida LO 01, Lote 17, Sala 04, Plano Diretor Sul, Palmas-TO



**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009**  
**Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973**

**CREA-TO**

**CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**

**477999/2022**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins - Crea-TO, o Acervo Técnico do profissional **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**  
 Registro: **202907/V TO** RNP: **1404711791**  
 Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **TO20220361267** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **11/05/2022** Baixada em: **17/05/2022**  
 Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO** Participação técnica: **EQUIPE**  
 Empresa contratada: **VIATEC ENGENHARIA LTDA**

Contratante: **AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS-AGETO** CPF/CNPJ: **17.684.344/0001-60**  
 Endereço do contratante: **RODOVIA Rodovia TO-010, Km 01, Lote 11, Setor Leste, Área Verde, 1ª.** Nº: **11**  
 Etapa  
 Complemento: **Bairro: PLANO DIRETOR NORTE**  
 Cidade: **PALMAS** UF: **TO** CEP: **77000000**  
 Contrato: **039/2020** Celebrado em: **31/08/2020**  
 Valor do contrato: **R\$ 1.740.126,56** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**  
 Ação institucional: **Outros**  
 Endereço da obra/serviço: **RODOVIA RODOVIA TO-365** Nº: **S/N**  
 Complemento: **Bairro: SEM NOME**  
 Cidade: **GURUPI** UF: **TO** CEP: **77000000**  
 Coordenadas Geográficas: **-11.770456, -49.104617**  
 Data de início: **01/09/2020** Conclusão efetiva: **26/09/2021**  
 Finalidade: **Infraestrutura**  
 Proprietário: **AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS-AGETO** CPF/CNPJ: **17.684.344/0001-60**

Atividade Técnica: **14 - Elaboração GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO 40 - Estudo 58.30 quilômetro; 14 - Elaboração TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #3.1.1.1 - PLANIMÉTRICO 40 - Estudo 58.30 quilômetro; 14 - Elaboração TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS 80 - Projeto 58.30 quilômetro; 14 - Elaboração TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.5 - RODOVIÁRIA 80 - Projeto 58.30 quilômetro; 14 - Elaboração OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.2 - BUEIRO 80 - Projeto 58.30 quilômetro;**

#### Observações

Projeto Executivo, para pavimentação da Rodovia TO-365 trecho: Entr.br-153 (Gurupi) - Trevo da Praia 58,30 Km

#### Informações Complementares

- O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da ENGENHARIA CIVIL, nos termos do Artigo 7º Resolução 218/73 do CONFEA.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 477999/2022**  
**23/05/2022, 17:50**  
**0Zy02**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://sitac.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: 0Zy02





Governo do Estado do Tocantins  
Agência Tocantinense de Transportes e Obras  
SCO - Sistema de Controle Obras - Versão 3.00

Contrato: 00039/2020

SubContrato: 0

Processo: 01029.3896/2019

Data Assinatura: 31/08/2020

### ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa **VIA TEC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 18.280.003/0001-91 executou para a Agência Tocantinense de Transportes e Obras-AGETO, CNPJ: 17.684.344/0001-60, por meio da SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO OPERACIONAL E PROJETOS, o serviço abaixo discriminado:

Responsável(is) Técnico(s):  
SIMONE MACIEL DE SOUZA  
LUCIANO MARQUES TEIXEIRA  
BRUNO MARQUES ROCHA  
JUNIA PERILO LOPES DE OLIVEIRA  
TIRSO MARIANO CARNEIRO DA CUNHA

Título  
ENG. AMBIENTAL  
ENG. CIVIL  
ENGENHEIRO CIVIL  
ENG. CIVIL  
ENG. CIVIL

CREA  
67121/D-TO  
75322/D-MG  
97712/D-MG  
82853/D-MG  
7650/BA

RNP  
2403964514  
1403566778  
1404711791  
1405918470  
1803773570

Valor Contrato: R\$1.740.126,56 Valor Aditivo: R\$ 0,00 Valor Total: R\$ 1.740.126,56 Valor Medido: R\$ 1.740.126,56

Objeto: 01 Execução de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), e projetos básico e executivo, para a implantação e pavimentação asfáltica da Rodovia TO - 365, trecho: entroncamento BR-153 (Gurupi) / Trevo da praia / acesso a Balsa

Área Obj: Unid:

Área Obj: Unid:

Órgão Contratante: 17.684.344/0001-60 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS

Nº da O.S.: 00039001/2020 Dt da O.S.: 01/09/2020 Dt Término.: 20/08/2021 Local: GURUPI - TO

Endereço:

Dt Ultima Med.: 20/08/2021

### SERVIÇOS EXECUTADOS

Medição: 11ª - Final

Item	Especificação do Serviço	Unidade	Quant. Acumulada	% Exec
01.00.000	PRODUTO 1			
01.01.000	MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE E RELATÓRIO PRELIMINAR DOS ESTUDOS (EVTEA)			
01.01.001	RELATÓRIO DE MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE E RELATÓRIO PRELIMINAR DOS ESTUDOS (EVTEA)	%	1,00	100,00%
02.00.000	PRODUTO 2			
02.01.000	MINUTA DO RELATÓRIO FINAL(EVTEA)			
02.01.001	MINUTA DO RELATÓRIO FINAL (EVTEA)	%	1,00	100,00%
03.00.000	PRODUTO 3			
03.01.000	RELATÓRIO FINAL - IMPRESSÃO DEFINITIVA			
03.01.001	RELATÓRIO FINAL - IMPRESSÃO DEFINITIVA	%	1,00	100,00%
04.00.000	PRODUTO 4			
04.01.000	CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS, ESTUDOS GEOTÉCNICOS, HIDROLÓGICO, AMBIENTAIS E DE TRAFEGO.			
04.01.001	RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS, ESTUDOS GEOTÉCNICOS, HIDROLÓGICO, AMBIENTAIS E DE TRAFEGO.	%	1,00	100,00%
05.00.000	PRODUTO 5			
05.01.000	CONCLUSÃO DOS PROJETOS GEOMÉTRICOS, DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, OAE, DESAPROPRIAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA			
05.01.001	RELATÓRIO DE PROJETOS GEOMÉTRICOS, DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM OAE, DESAPROPRIAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, MELHORIAS DE TRANSITO E SINALIZAÇÃO.	%	1,00	100,00%
06.00.000	PRODUTO 6			
06.01.000	CONCLUSÃO DOS PROJETOS, ORÇAMENTO, PLANO DE EXECUÇÃO E ENTREGA DA MINUTA			
06.01.001	MINUTA DO PROJETO, ORÇAMENTO, PLANO DE EXECUÇÃO E ENTREGA DA MINUTA	%	1,00	100,00%
07.00.000	PRODUTO 7			
07.01.000	ENTREGA DO PROJETO FINAL			
07.01.001	PROJETO FINAL	%	1,00	100,00%

Diretoria de Tecnologia de Informação RI\_Atestado

MAXUEL NONATO

08/10/2021

Página: 1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, vinculado à Certidão nº 477999/2022, emitida em 23/05/2022



Certidão nº 477999/2022

23/05/2022, 17:59

Chave de Impressão: 02y02

O documento neste ato registrado foi emitido em 19/05/2022 e contém 2 folhas







Governo do Estado do Tocantins  
Agência Tocantinense de Transportes e Obras  
SCO - Sistema de Controle Obras - Versão 3.00

Contrato: 00039/2020

SubContrato: 0

Processo: 01029.3896/2019

Data Assinatura: 31/08/2020

#### Planilha de Quantitativos Executados

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade
1	Estudo de Viabilidade técnica-econômica-Ambiental (EVTEA)	Km	58,30
2	Estudos Topográficos	Km	58,30
3	Estudos de Traçado	Km	58,30
4	Estudos de Tráfego	Km	58,30
5	Estudos Geológico	Km	58,30
6	Estudo Geotécnico	Km	58,30
7	Estudos Hidrológicos	Km	58,30
8	Projeto Geométrico	Km	58,30
9	Projeto de Terraplenagem	Km	58,30
10	Projeto de Pavimentação	Km	58,30
11	Projeto de Drenagem	Km	58,30
12	Projeto de Sinalização	Km	58,30
13	Projeto de Obras Complementares	Km	58,30
14	Projeto Ambiental	Km	58,30
15	Projeto de Desapropriação	Km	58,30
16	Projeto de Obras de Arte Especial (OAE) - Rio Gameleira	m	50,00
17	Projeto de Obras de Arte Especial (OAE) - Rio Castanha	m	40,00
18	Projeto de Obras de Arte Especial (OAE) - Rio Enseada	m	40,00

Era o que tínhamos a ATESTAR, tendo em vista as informações contidas em nossos arquivos.

Palmas - TO, 02 de maio de 2022.

Engº Manoel Lúcio Ruiz Filho

Superintendente de Gestão Operacional e Projetos  
CREA 12297/D-GO  
820.701.131-91

Márcio Pinheiro Rodrigues  
Presidente

585.381.271-87



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, vinculado à Certidão nº 477999/2022, emitida em 23/05/2022

Certidão nº 477999/2022

23/05/2022, 17:59

Chave de Impressão: 02y02

O documento neste ato registrado foi emitido em 19/05/2022 e contém 2 folhas





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009  
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

**CREA-TO**

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

**480478/2022**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins - Crea-TO, o Acervo Técnico do profissional **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **BRUNO MARQUES ROCHA HAHMANN**  
Registro: **202907/V TO** RNP: **1404711791**  
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **TO20210318045** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 27/08/2021 Baixada em: 08/07/2022  
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: EQUIPE  
Empresa contratada: **VIATEC ENGENHARIA LTDA**

Contratante: **AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS-AGETO** CPF/CNPJ: **17.684.344/0001-60**  
Endereço do contratante: RODOVIA Rodovia TO-010, Km 01, Lote 11, Setor Leste, Área Verde, 1ª. Nº: 11  
Etapa  
Complemento: Bairro: PLANO DIRETOR NORTE  
Cidade: PALMAS UF: TO CEP: 77000000  
Contrato: 010/2020 Celebrado em: 28/02/2020  
Valor do contrato: R\$ 984.055,62 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público  
Ação institucional: Outros  
Endereço da obra/serviço: RODOVIA RODOVIA TO-030 Nº: S/N  
Complemento: Bairro: BAIRRO SÃO FELIX  
Cidade: SÃO FÉLIX DO TOCANTINS UF: TO CEP: 77000000  
Coordenadas Geográficas: -10.169565, -46.657728  
Data de início: 06/03/2020 Conclusão efetiva: 31/12/2020  
Finalidade: Infraestrutura  
Proprietário: AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS-AGETO CPF/CNPJ: 17.684.344/0001-60

Atividade Técnica: **1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > LOCAÇÃO > #1152 - DRENAGEM 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > MONITORAMENTO > #1172 - SITUAÇÃO HIDROLÓGICA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > GEOTECNIA > #1198 - SONDAGENS 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > TRANSPORTE > #1361 - SINALIZAÇÃO VERTICAL 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > TRANSPORTE > #1362 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > MOVIMENTO DE TERRA > #1468 - TERRAPLANAGEM 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > INFRA-ESTRUTURA - CONSTRUÇÃO CIVIL > INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > PAVIMENTAÇÃO > #1474 - ASFÁLTICA 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA > MEDIÇÃO DE TERRA > LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > ALTIMÉTRICO > #3105 - TOPOGRAFIA 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA > MEDIÇÃO DE TERRA > LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > CADASTRAL > #3106 - TOPOGRAFIA 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA > MEDIÇÃO DE TERRA > LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > PLANIMÉTRICO > #3107 - TOPOGRAFIA 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #3124 - PRECIFICAÇÃO DA PLANILHA DE ORÇAMENTO 38 - ORÇAMENTO 1.00 unidade; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > TRANSPORTE > #3380 - PROJETO GEOMÉTRICO 5 - PROJETO 50.00 quilômetro;**

#### Observações

Trecho: Ponte sobre o Rio Sono / São Félix do Tocantins com extensão de 50 Km Lote 02.

Número da ART: **TO20220382564** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 31/08/2022 Baixada em: 31/08/2022  
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: EQUIPE  
Empresa contratada: **VIATEC ENGENHARIA LTDA**

Contratante: **AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS-AGETO** CPF/CNPJ: **17.684.344/0001-60**  
Endereço do contratante: RODOVIA Rodovia TO-010, Km 01, Lote 11, Setor Leste, Área Verde, 1ª. Nº: 11  
Etapa  
Complemento: Bairro: PLANO DIRETOR NORTE  
Cidade: PALMAS UF: TO CEP: 77000000  
Contrato: 010/2020 Celebrado em: 28/02/2020  
Valor do contrato: R\$ 88.211,28 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público  
Ação institucional: Outros  
Endereço da obra/serviço: RODOVIA RODOVIA TO-030 Nº: S/N  
Complemento: Bairro: BAIRRO SÃO FELIX  
Cidade: SÃO FÉLIX DO TOCANTINS UF: TO CEP: 77000000  
Coordenadas Geográficas: -10.169565, -46.657728  
Data de início: 06/03/2020 Conclusão efetiva: 31/12/2020  
Finalidade: Infraestrutura

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

Quadra 112 Sul, Rua SR 07, Lote 06 - Palmas - TO  
Tel: + 55 (63) 3219-9800 Fax: + 55 (63) 3219-9801 E-mail: crea@crea-to.com.br



**CREA-TO**  
Conselho Regional de Engenharia e  
Agronomia do Tocantins







**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009**  
**Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973**

**CREA-TO**

**CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**

**480478/2022**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

Atividade concluída

Proprietário: AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS-AGETO

CPF/CNPJ: 17.684.344/0001-60

Atividade Técnica: **1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > LOCAÇÃO > #1152 - DRENAGEM 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > MONITORAMENTO > #1172 - SITUAÇÃO HIDROLÓGICA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > GEOTECNIA > #1198 - SONDAGENS 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > TRANSPORTE > #1361 - SINALIZAÇÃO VERTICAL 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > TRANSPORTE > #1362 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > MOVIMENTO DE TERRA > #1468 - TERRAPLANAGEM 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > PAVIMENTAÇÃO > #1474 - ASFÁLTICA 5 - PROJETO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA > MEDIÇÃO DE TERRA > LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > ALTIMÉTRICO > #3105 - TOPOGRAFIA 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA > MEDIÇÃO DE TERRA > LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > CADASTRAL > #3106 - TOPOGRAFIA 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA > MEDIÇÃO DE TERRA > LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > PLANIMÉTRICO > #3107 - TOPOGRAFIA 2 - ESTUDO 50.00 quilômetro; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #3124 - PRECIFICAÇÃO DA PLANILHA DE ORÇAMENTO 38 - ORÇAMENTO 1.00 unidade; 1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > TRANSPORTE > #3380 - PROJETO GEOMÉTRICO 5 - PROJETO 50.00 quilômetro;**

#### Observações

Trecho: Ponte sobre o Rio Sono / São Félix do Tocantins com extensão de 50 Km Lote 02.

#### Informações Complementares

- O atestado está registrado apenas para as atividades técnicas constantes da ART, não sendo contemplado neste registro os itens relacionados a PROJETO AMBIENTAL, por se tratar de atividades fora da atribuição do profissional, nos termos do Art. 7 da Res.218/73 do Confea.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 480478/2022**

**26/09/2022, 14:19**

**24Azc**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://sitac.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: 24Azc





Governo do Estado do Tocantins  
Agência Tocantinense de Transportes e Obras  
SCO - Sistema de Controle Obras - Versão 3.00

Contrato: 00010/2020 SubContrato: 0 Processo: 00896.3896/2017 Data Assinatura: 28/02/2020

### ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 18.280.003/0001-91 executou para a Agência Tocantinense de Transportes e Obras-AGETO, CNPJ: 17.684.344/0001-60, por meio da SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO OPERACIONAL E PROJETOS, o serviço abaixo discriminado:

Responsável(a) Técnico(a)  
BRUNO MARQUES ROCHA

Título  
ENGENHEIRO CIVIL

CREA  
202907V-TO

RNP  
1404711761

Valor Contrato: R\$984.055,62 Valor Aditivo: R\$ 88.211,28 Valor Total: R\$ 1.072.266,90 Valor Medido: R\$ 1.072.266,88  
Objeto: 01 Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Engenharia para Terraplanagem e Pavimentação Asfáltica da Ligação e TO 030, Trecho Ponte Sobre o Rio Sono / São Félix do Tocantins, com extensão de 50KM, Lote 02  
Área Obj: Unid:  
Área Obj: Unid:

Órgão Contratante: 17.684.344/0001-60 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS  
Nº da O.S.: 00010001/2020 Dt da O.S.: 06/03/2020 Dt Término.: 30/12/2020 Local: SÃO FÉLIX DO TOCANTINS - TO  
Endereço: QD 104 SUL AV LO-01 TOTE 17

Dt Ultima Med.:30/12/2020

#### SERVIÇOS EXECUTADOS Medição: 10ª - Final

Item	Especificação do Serviço	Unidade	Quant. Acumulada	% Exec
01-00-000	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS, ESTUDOS GEOTÉCNICOS, HIDROLÓGICOS E AMBIENTAIS			
01.01-000	RELATÓRIOS TOPOGRÁFICOS, ESTUDOS GEOTÉCNICOS, HIDROLÓGICOS E AMBIENTAIS			
01.01.001	RELATÓRIO TOPOGRÁFICO, ESTUDO GEOTÉCNICO, HIDROLÓGICO E AMBIENTAL	%	1,00	100,00%
02-00-000	PROJETOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO			
02.01-000	RELATÓRIOS DE PROJETOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO			
02.01.001	RELATÓRIO DE PROJETO DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SINALIZAÇÃO	%	1,00	100,00%
03-00-000	MINUTA DOS PROJETOS			
03.01-000	RELATÓRIO DE MINUTA DOS PROJETOS	%	1,00	100,00%
04-00-000	PROJETO EXECUTIVO			
04.01-000	PROJETO FINAL	%	1,00	100,00%
05-00-000	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS, ESTUDOS GEOTÉCNICOS, HIDROLÓGICOS E AMBIENTAIS (SALDO DO 1º ADITIVO)			
05.01-000	RELATÓRIOS TOPOGRÁFICOS, ESTUDOS GEOTÉCNICOS, HIDROLÓGICOS E AMBIENTAIS (SALDO DO 1º ADITIVO)			
05.01.001	RELATÓRIO TOPOGRÁFICO, ESTUDO GEOTÉCNICO, HIDROLÓGICO E AMBIENTAL (SALDO DO 1º ADITIVO)	%	1,00	100,00%

Diretoria de Tecnologia da Informação RI\_Atestado

MAXUEL NONATO

10/03/2022

Página: 1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, vinculado à Certidão nº 480478/2022, emitida em 26/09/2022



Certidão nº 480478/2022  
26/09/2022, 14:48  
Chave de Impressão: 24Azc

O documento neste ato registrado foi emitido em 23/09/2022 e contém 2 folhas





Governo do Estado do Tocantins  
Agência Tocantinense de Transportes e Obras  
SCO - Sistema de Controle Obras - Versão 3.00

Contrato: 00010/2020 SubContrato: 0 Processo: 00896.3896/2017 Data Assinatura: 28/02/2020

#### SERVIÇOS EXECUTADOS

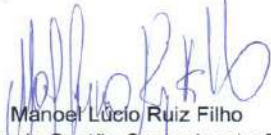
Item	Especificação do Serviço	Unidade	Quant. Acumulada	% Exec
06.00.000	PROJETOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, SINALIZAÇÃO (SALDO DO 1º ADITIVO)			
06.01.000	RELATÓRIOS DE PROJETOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, SINALIZAÇÃO (SALDO DO 1º ADITIVO)			
06.01.001	RELATÓRIO DE PROJETO DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFALTIC % SINALIZAÇÃO (SALDO DO 1º ADITIVO)		1,00	100,00%
07.00.000	MINUTA DOS PROJETOS (SALDO DO 1º ADITIVO)			
07.01.000	RELATÓRIO DE MINUTA DOS PROJETOS (SALDO DO 1º ADITIVO)			
07.01.001	RELATÓRIO DE MINUTA DOS PROJETO (SALDO DO 1º ADITIVO)	%	1,00	100,00%
08.00.000	PROJETO EXECUTIVO (SALDO DO 1º ADITIVO)			
08.01.000	PROJETO FINAL (SALDO DO 1º ADITIVO)			
08.01.001	PROJETO FINAL (SALDO DO 1º ADITIVO)	%	1,00	100,00%

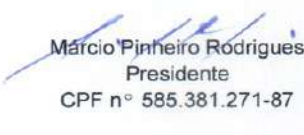
#### Planilha de Quantitativos Executados

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade
1	Estudos Topográficos	Km	50,00
2	Estudos de Traçado	Km	50,00
3	Estudos de Tráfego	Km	50,00
4	Estudos Geológico	Km	50,00
5	Estudo Geotécnico	Km	50,00
6	Estudos Hidrológicos	Km	50,00
7	Projeto Geométrico	Km	50,00
8	Projeto de Terraplenagem	Km	50,00
9	Projeto de Pavimentação	Km	50,00
10	Projeto de Drenagem	Km	50,00
11	Projeto de Sinalização	Km	50,00
12	Projeto de Obras Complementares	Km	50,00
13	Projeto Ambiental	Km	50,00
14	Projeto de Desapropriação	Km	50,00
15	Projeto de Obras de Arte Especial (OAE) – Rio Brejão Est. 817	m	71,50
16	Projeto de Obras de Arte Especial (OAE) – Rio Desabusa Est. 1986	m	62,20
17	Projeto de Obras de Arte Especial (OAE) – Rio Jaburu Est. 2228	m	50,70

Era o que tínhamos a ATESTAR, tendo em vista as informações contidas em nossos arquivos.

Palmas - TO, 02 de maio de 2022.

  
Manoel Lúcio Ruiz Filho  
Superintendente de Gestão Operacional e Projetos  
Engenheiro Civil - CREA 12297/D-GO  
CPF nº 820.701.131-91

  
Márcio Pinheiro Rodrigues  
Presidente  
CPF nº 585.381.271-87

Diretoria de Tecnologia da Informação RI\_Atestado

MAXUELL NONATO

10/03/2022

Página : 2

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, vinculado à Certidão nº 480478/2022, emitida em 26/09/2022



Certidão nº 480478/2022  
26/09/2022, 14:48  
Chave de Impressão: 24Azc

O documento neste ato registrado foi emitido em 23/09/2022 e contém 2 folhas







**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009**  
**Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973**

**CREA-TO**

**CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**

**429641/2015**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins**

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins - Crea-TO, o Acervo Técnico do profissional **BRUNO MARQUES ROCHA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **BRUNO MARQUES ROCHA**  
 Registro: **202907** RNP: **1404711791**  
 Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **00005897201304076310** Tipo de ART: ART Registrada em: 25/11/2013 Baixada em: 18/05/2015  
 Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL  
 Empresa contratada: **VIATEC ENGENHARIA**

Contratante: **AGENCIA DE MÁQ E TRANSPORTES DO ESTADO DO TO** CPF/CNPJ: **17.684.344/0001-60**  
 Endereço do contratante: ROD. TO-010, KM 01 SETOR LESTE, AREA VERDE LOTE 11 Nº:  
 Complemento: Bairro: SETOR LESTE  
 Cidade: PALMAS UF: TO CEP: 77060000  
 Contrato: Celebrado em:  
 Valor do contrato: R\$ 387.520,36 Tipo de contratante: CONTRATANTE  
 Ação institucional: Outros  
 Endereço da obra/serviço: RODOVIA: ACESSO - TRECHO: ENTR. TO-296 - ITAFÓS Nº:  
 Complemento: Bairro: RURAL  
 Cidade: ARRAIAS UF: TO CEP: 77330-000  
 Data de início: Conclusão efetiva:  
 Finalidade: SEM DEFINIÇÃO  
 Proprietário: AGENCIA DE MÁQ E TRANSPORTES DO ESTADO DO TO CPF/CNPJ: 17.684.344/0001-60

Atividade Técnica: **3 - CONDUÇÃO** ATIVIDADES SISTEMA ANTIGO -> #A0501 - RODOVIA 12 - PROJETO 17 QUILOMETROS; **3 - CONDUÇÃO** ATIVIDADES SISTEMA ANTIGO -> #A0506 - PAVIMENTACAO ASFALTICA 12 - PROJETO 17 QUILOMETROS; **3 - CONDUÇÃO** ATIVIDADES SISTEMA ANTIGO -> #A0528 - SINALIZACAO 12 - PROJETO 17 QUILOMETROS; **3 - CONDUÇÃO** ATIVIDADES SISTEMA ANTIGO -> #A0604 - TERRAPLENAGEM 12 - PROJETO 17 QUILOMETROS; **3 - CONDUÇÃO** ATIVIDADES SISTEMA ANTIGO -> #A0605 - DRENAGEM 12 - PROJETO 17 QUILOMETROS; **3 - CONDUÇÃO** ATIVIDADES SISTEMA ANTIGO -> #A0804 - TOPOGRAFIA 12 - PROJETO 17 QUILOMETROS;

#### Observações

X-X-X-X-X

Elaboração de projeto final de engenharia para pavimentação asfáltica, obras de arte especiais, e estudo de viabilidade técnica-econômica-ambiental - EVTA, da Rodovia: Acesso, Trecho: Entroncamento TO-296 / Itafós, com extensão aproximada de 17,00 km .Estudos: de Trafego, Topografia, Traçado, Geologia, Geotécnicos e Hidrológicos. Projeto: Geométrico, Interseções, Terraplanagem, Drenagem, Obras de Artes Complementares, Pavimentação, Sinalização, Desapropriação, e Segurança Viária.

#### Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 429641/2015**  
**06/10/2015**  
**ZZyWB**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73 DO CONFEA.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://sitac.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: ZZyWB



Governo do Estado do Tocantins  
Departamento de Estradas de Rodagem do Tocantins  
SCO - Sistema de Controle Obras - Versão 3.00

C 429641/2015

Contrato: 00072/2013

SubContrato: 0

Processo: 00045.3896/2013

Data Assinatura: 13/11/2013

### ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa VIATEC ENGENHARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF 18.280.003/0001-91 executou para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins-DERTINS, por meio da SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO OPERACIONAL E PROJETOS, o serviço abaixo discriminado:

Responsável(iz) Técnico(s)  
BRUNO MARQUES ROCHA

Título  
ENGENHEIRO CIVIL

CREA  
97712/D-MG



Valor Contrato: R\$ 387.520,36 Valor Aditivo: R\$ 0,00 Valor Total: R\$ 387.520,36 Valor Medido: R\$ 387.520,28  
Objeto: 01 Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia para pavimentação asfáltica, obras de artes especiais e estudo de viabilidade técnica-econômica-ambiental - EVTEA, da Rodovia: acesso trecho: Entroncamento TO-296 /  
Área Obj: Unid: Itafós, com uma extensão aproximada de 17,00 km.  
Área Obj: Unid:

Nº da O.S.: 00072001/2013 Dt da O.S.: 14/11/2013 Dt Término.: 30/06/2014 Local: DIANÓPOLIS

Dt Última Med.: 30/06/2014

#### SERVIÇOS EXECUTADOS

Medição: 4 ª - Final

Item	Especificação do Serviço	Unidade	Quant. Acumulada	% Exec
01.00.000	PROJETO DE ENGENHARIA			
01.01.000	SONDAGEM MISTA			
01.01.001	EM SOLO COMUM 1ª CAT	M	12,00	100,00%
01.01.002	EM SOLO COM PEDREGULHO 2ª CAT	M	6,00	100,00%
01.01.003	EM ROCHA POUCO ABRASIVA 3ª CAT	M	6,00	100,00%
01.01.004	EM ROCHA MÉDIA ABRASIVA 3ª CAT	M	6,00	100,00%
01.01.005	EM ROCHA MUITO ABRASIVA 3ª CAT	M	10,00	100,00%
01.02.000	TAXA DE INSTALAÇÃO			
01.02.001	ATÉ 500 KM	UND	2,00	100,00%
01.03.000	VEICULO DE APOIO			
01.03.001	AUTOMOVEL	MES	1,00	100,00%
01.03.002	VEICULO LEVE (1,2T)	MES	1,00	100,00%
01.04.000	PROJETO			
01.04.001	PROJETO DE TERRAPLENAGEM E PAV. ASFÁLTICA	KM	17,00	100,00%
01.04.002	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉC-ECONÔMICO-AMBIENTAL	KM	17,00	100,00%
01.04.003	PROJETO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO	M	50,00	100,00%

Ciro Vitorino Filho  
Diretor de Projetos e Orçamento  
Rodovias

Bruno P. Valões Filho  
Engenheiro Civil

Diretoria de Tecnologia da Informação RI\_Atestado

JOÃO TIAGO OLIV

29/04/2015

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, vinculado à Certidão nº 429641/2015, emitida em 06/10/2015



Certidão nº 429641/2015

03/05/2018, 08:01

Chave de Impressão: ZZYWB

O documento neste ato registrado foi emitido em 06/10/2015 e contém 2 folhas





Governo do Estado do Tocantins  
Departamento de Estradas de Rodagem do Tocantins  
SCO - Sistema de Controle Obras - Versão 3.00

Contrato: 00072/2013

SubContrato: 0

Processo: 00045.3896/2013

Data Assinatura: 13/11/2013

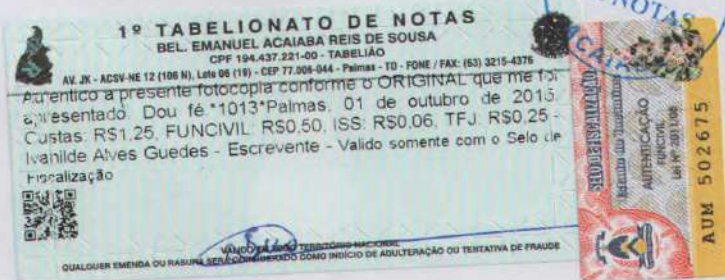
Era o que tínhamos a ATESTAR, tendo em vista as informações contidas em nossos arquivos.

Palmas - TO, 29 de abril de 2015.

Bruno Pereira Valoes Filho  
Engenheiro Civil

Bruno P. Valoes Filho  
Engenheiro Civil

Ciro Vargas Pilder  
Diretor de Projetos e Orçamento  
Rodovias



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, vinculado à Certidão nº 429641/2015, emitida em 06/10/2015



Certidão nº 429641/2015

03/05/2018, 08:01

Chave de Impressão: ZZyWB

O documento neste ato registrado foi emitido em 06/10/2015 e contém 2 folhas

Diretoria de Tecnologia da Informação RI\_Atestado

JOÃO TIAGO OLIV

29/04/2015

Página: 2





**CONTRATO** que entre si fazem a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF** e a **VIATEC ENGENHARIA LTDA** na forma abaixo:

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0014-40, criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; com alterações posteriores, com Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.258, de 20 de maio de 2014, publicado no DOU de 30 de maio de 2014, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, b, do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, nos termos do Decreto 9.660, de 01 de janeiro de 2019, estabelecida na Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, Bom Jesus da Lapa, CEP 47.600-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Superintendente Regional, **HARLEY XAVIER NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador do CPF/MF nº 542.826.755-00 e do RG nº 03.963.945-23 SSP/BA, domiciliado na Rua 15 de novembro, 124, bairro São João, CEP 47600-000, Bom Jesus da Lapa/BA, com delegação de competência dada através da Decisão nº 1057 datada de 27/07/2016, e a empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **18.280.003/0001-91**, estabelecida na Quadra 401 Sul Avenida Joaquim Teotônio Segurado, s/n, Lote 17, Sala 404, Conj. 01 ACSU SO 40, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77.015-550, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**, brasileiro, casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade nº 14383050 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.877.846-45, residente e domiciliado na Quadra ARSE 82 Alameda 02, Lote HM-01, Apto 02-A – Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP 77.023-064, resolvem assinar o presente contrato, de acordo com a autorização do Comitê de Gestão Executiva da 2ª/SR, expressa na Resolução Regional nº 020, de 14 de fevereiro de 2022, constante à peça 53 do **Processo nº 59520.001465/2021-94-e**, que, na forma do art. 68 da Lei nº 13.303/2016, de 30/06/2016, será regulado sob as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para a Execução de Serviços de engenharia para elaboração do projeto de pavimentação asfáltica da estrada com origem na BR 135 até o Perímetro Irrigado Nupeba (Município de Riachão das Neves/BA) passando pelo reservatório elevado da rede alta em sentido ao povoado de São José do Rio Grande, sob a gestão da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia. LRE ELETRÔNICO Nº 29/2021.

1.2. Os Serviços objeto deste contrato encontram-se descritos e caracterizados no item 5 (cinco) do Termo de Referência / Escopo dos Serviços (Anexo II), que é parte integrante do Edital.

1.3. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016, de 30/06/2016, tendo sido a licitação realizada nos termos da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, sob o Regime de Empreitada por





Preço Global, através do modo de disputa ABERTO – item 3 - alínea “b” do Edital, segundo disposições da Lei nº 13.303/2016, e suas alterações posteriores.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS

2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital nº 29/2021 e seus Anexos;
- b) Termo de Referência e Anexos
- c) Especificações Técnicas, Cronogramas;
- d) Proposta da contratada, e sua documentação, datada de 27/12/2021;
- e) Demais documentos contidos no Processo nº 59520.001465/2021-94-e.

2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo máximo de execução do objeto é de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de **270 (duzentos e setenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, ou seja, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 90 dias para a expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços.

3.3. O prazo será contado da data de emissão da Ordem de Serviço expedida pela CODEVASF, com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na CODEVASF, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:

- a) Houver interesse da CODEVASF;
- b) Forem comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
- c) For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a CODEVASF;
- d) Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;
- e) Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.



3.3.1. A prorrogação de vigência do contrato deverá ser devidamente justificada no respectivo processo administrativo.

3.3.2. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.

3.3.3. O Gestor do Contrato, de posse dos documentos que compõem a solicitação de prorrogação de vigência do contrato, emitirá Nota Técnica e submeterá à Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

3.3.4. Após emissão de parecer jurídico, sendo este favorável ao pleito, o Gestor do Contrato elaborará Proposição e submeterá à apreciação da Diretoria Executiva, com vistas à autorização para celebração de Termo Aditivo.

3.3.5. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da contratada, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.

3.4. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, que altere as condições de execução;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e interesse da Administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por lei;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

3.5. A cada prorrogação a contratada deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal), Previdência Social (CND), e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF.

3.6. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.



#### 4. CLÁUSULA QUARTA – VALOR

4.1. O valor total deste contrato é de **R\$ 117.975,00** (cento e dezessete mil, novecentos e setenta e cinco reais), obedecidos os preços unitários e global constantes da Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela **CODEVASF** não poderá ser ultrapassado pela **CONTRATADA**, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto na subcláusula anterior impedirá a **CONTRATADA** de participar de novas licitações ou assinar contratos com a **CODEVASF**, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

4.4. Nos preços propostos estão incluídos todos os custos, impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis sociais, lucro, despesas indiretas, encargos sociais e previdenciários, BDI, mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre as obras/serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas correrão à conta dos seguintes Programas de Trabalho: 20.607.2217.15DV.0001 – Polos de Agricultura Irrigada - Nacional, TED nº 04/2021 – MDR, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária nº 018/2021 (peça 25 – 5D4EA1E4-e) no valor de R\$ 267.400,00 (duzentos e sessenta e sete mil e quatrocentos reais).

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – SERVIÇOS EXTRA CONTRATUAIS

6.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os serviços eventualmente necessários e não previstos na planilha de preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.

6.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente, os referentes aos serviços extras motivados pela CODEVASF.

6.3. Os serviços extras contratuais não contemplados na planilha de preços da contratada deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTAMENTO



7.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Serão adotados os critérios de reajustamento previstos no **Item 12, do Anexo II do Edital nº 29/2021 – Termo de Referência**, que integra o mesmo, aplicando-se a seguinte fórmula.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais de acordo com os critérios e condições estabelecidas no **Item 11 do Termo de Referência e Item 16 do Edital nº 29/2021, nas seguintes condições;**

8.2. Os serviços objeto deste contrato serão faturados e pagos após aprovação dos produtos e atividades efetivamente executados e entregues, especificados no item 5.1 do Termo de Referência – Anexo II do Edital, pelos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e atualização financeira.

8.3. Os quantitativos por produto e prazo de entrega podem ser ajustados pela CODEVASF na Ordem de Serviço (O.S.), respeitando-se os preços unitários da Proposta Vencedora, e não ultrapassado o quantitativo total do contrato e valor global contratado e possíveis reajustamentos.

8.4. Os custos de passagens das atividades de campo, mobilização/desmobilização da Equipe Chave e possíveis reuniões externas, serão pagas a preço de mercado, comprovadas pelo bilhete da passagem e comprovante de embarque, não excedendo o valor máximo do item “DP.V2 - Passagens Aéreas” da Proposta.

8.5. Insumos e mão de obra não utilizados para execução dos serviços e produtos não serão faturados e pagos.

8.6. Os preços global e unitário incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Termo de Referência – Anexo II do Edital nº 29/2021, constituindo-se, na única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

8.7. As variações para mais ou para menos das previsões apresentadas pela contratada na sua proposta em relação à equipe realmente alocada, não poderão servir de pretexto para pleitos de modificações dos preços unitários oferecidos.

8.8. O pagamento dos serviços será efetuado mediante faturamento após entrega e aprovação do Produto, sujeito às seguintes condições gerais:

- a) O serviço que não se adequar às formas de pagamento estabelecidas neste Contrato e/ou que não seja executado em plena conformidade, não será pago;
- b) As faturas exigirão o acompanhamento de documentação que justifique cada serviço



faturado, com a indicação do número da Nota de Empenho que lhe dá cobertura com a indicação do período de sua execução;

- c) O prazo máximo de 30 (trinta) dias após aprovação do produto é estimado para a efetivação dos pagamentos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da Administração Central da CODEVASF, sendo 10 (dez) dias para a liberação da fatura e 20 (vinte) dias para sua liquidação;

8.9. Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à contratada, para correções e acertos, iniciando-se, após essa reapresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

9.1.1. A garantia a que se refere o subitem 9.1 acima deverá ser entregue na **Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação da 2ª/SR da CODEVASF – 2ª/GRI**, até a data da assinatura do contrato.

9.2. A caução na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

9.3. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia/Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

9.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.

9.5. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

9.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.



9.7. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

9.8. A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

9.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - MULTA

10.1. Em caso de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

10.2. Nos casos de inexecução parcial da obra ou serviços, por culpa exclusiva da contratada, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

10.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico da obra ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

- Grau 01: multa de R\$100,00 (cem reais) por dia de atraso;
- Grau 02: multa de R\$500,00 (quinhentos reais) por dia;
- Grau 03: multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;
- Grau 04: multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

Tabela 01 - Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela fiscalização, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à contratada através do registro no Diário de Obras ou no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02





Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
Assessoria Jurídica – 2ª / SR

c) Por dificultar ou impedir o acesso da fiscalização a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico da obra, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela fiscalização.	03
e) Pelo atraso na conclusão da obra, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

10.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela fiscalização, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
- b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher à **Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico/Unidade Regional de Finanças — 2ª SR/GRA/UFN** - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

10.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

10.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da CODEVASF, que poderá relevar ou não a multa.

10.8. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.





10.9. Caso a Autoridade Competente mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1. O acompanhamento e fiscalização dar-se-ão conforme **Item 15 do Termo de Referência, Anexo II do Edital 29/2021.**

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 2 (dois) anos, o licitante/contratado que:
  - a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
  - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
  - c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
  - e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
  - f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou,
  - g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

12.2. A sanção prevista no inciso I do subitem 12.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

12.3. A sanção prevista no inciso III do subitem 12.1 deve observar os seguintes parâmetros:

- a) Se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses; e,
- b) Caracterizada má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano e, no mínimo, de 6 (seis) meses, mesmo que aplicadas todas as atenuantes do § 7º deste artigo.

12.4. As penas bases definidas no subitem 12.3. podem ser qualificadas nos seguintes casos:

- a) Em 1/2 (um meio), se o apenado for reincidente;

- b) Em 1/2 (um meio), se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.

12.5. As penas bases definidas no subitem 12.3 podem ser atenuadas nos seguintes casos:

- a) Em 1/4 (um quarto), se o apenado não for reincidente;
- b) Em 1/4 (um quarto), se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
- c) Em 1/4 (um quarto), se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e,
- d) Em 1/4 (um quarto), se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.420/2015.

12.6. Na hipótese do subitem 12.5, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se o apenado contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do referido item, a pena de suspensão pode ser substituída pela sanção prevista no inciso I do subitem 12.1.

12.7. As sanções previstas nos incisos I e III do item 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.8. A sanção prevista no inciso III do item 12.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

12.9. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei 13.303/2016 e arts. 89 a 99 da Lei 8.666/93, conforme art. 41 da Lei 13.303/2016.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

12.11. Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública.



### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

O recebimento dos serviços será realizado conforme **Item 16 do Termo de Referência**, Anexo II do **Edital 29/2021**.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADITAMENTO CONTRATUAL**

14.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

15.1. A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no **Item 18 do Termo de Referência**, Anexo II do **Edital 29/2021**.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

16.1. A observância às Obrigações da Empresa contratada será de acordo com o previsto no **item 19 do Termo de Referência**, Anexo II do **Edital 29/2021**.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.**

17.1. A observância às Obrigações da CODEVASF (Contratante) será de acordo com o previsto no **Item 20 do Termo de Referência**, Anexo II do **Edital 29/2021**.

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DANO MATERIAL OU PESSOAL**

18.1. A contratada será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.

18.2. Correrão por conta da contratada as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

18.3. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE**

19.1. A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da CODEVASF será de acordo com o previsto no **item 21 do Edital 29/2021**.

### **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO**

20.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- III. A lentidão no seu cumprimento, levando a CODEVASF a presumir a não conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início do serviço;
- V. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CODEVASF;
- VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no contrato e autorizada pela CODEVASF, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- VII. O não atendimento das determinações regulares do preposto da CODEVASF designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- IX. A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- X. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- X.I. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a CODEVASF presumir prejuízo à execução da obra ou serviço;
- XII. O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência da contratada;
- XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Codevasf por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; e,
- XIV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO**

- 21.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- FORO**

- 22.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa/BA, Seção Judiciária da Bahia-TRF/1ª Região, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
Assessoria Jurídica – 2ª/ SR

22.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Bom Jesus da Lapa/BA, 18 de Fevereiro de 2022.

HARLEY XAVIER  
NASCIMENTO: 5428  
2675500

Assinado de forma digital por  
HARLEY XAVIER  
NASCIMENTO: 54282675500  
Dados: 2022.02.21 09:59:16  
-03'00'

**HARLEY XAVIER NASCIMENTO**  
SUPERINTENDENTE REGIONAL 2ª SR

FABIO VINICIUS DE  
SOUZA  
SANTOS: 01587784645

Assinado de forma digital por  
FABIO VINICIUS DE SOUZA  
SANTOS: 01587784645  
Dados: 2022.02.21 09:14:14 -03'00'

**FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**  
VIATEC ENGENHARIA LTDA

TESTEMUNHAS:

Nome: *Adna da F. Santos*  
CPF/MF: *061.459.055-81*

Nome: *Flaviane Guarnião Costa*  
CPF/MF: *001.901.095-80*



## **Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf**

**Nº do Instrumento:** Contrato nº 2.563.00/2021

**Período de Vigência do Instrumento:** 270 dias

**Finalidade do Instrumento:** Contratação de empresa para a Execução de Serviços de engenharia para elaboração do projeto de pavimentação asfáltica da estrada com origem na BR 135 até o Perímetro Irrigado Nupeba (Município de Riachão das Neves/BA) passando pelo reservatório elevado da rede alta em sentido ao povoado de São José do Rio Grande, sob a gestão da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia. LRE ELETRÔNICO Nº 29/2021.

A **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **18.280.003/0001-91**, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>

Comissão de Ética da Codevasf: [etica@codevasf.gov.br](mailto:etica@codevasf.gov.br).

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

Bom Jesus da Lapa/BA, 18 de Fevereiro de 2022.

FABIO VINICIUS DE  
SOUZA  
SANTOS:01587784645

Assinado de forma digital por  
FABIO VINICIUS DE SOUZA  
SANTOS:01587784645  
Dados: 2022.02.21 09:14:31 -03'00'

**FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**

CPF/MF nº 015.877.846-45



**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

**CONTRATO** que entre si fazem a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF** e a empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, na forma abaixo:

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, criada pela Lei nº 6.088 de 16/07/1974; com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.258 de 29/05/2014, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, b, do Decreto-Lei nº 200 de 25/02/1967), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (Decreto 9.660 de 01/01/2019), com Sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, CEP 70.830-019, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 5ª SR, **JOÃO JOSÉ PEREIRA FILHO**, brasileiro, portador do CPF nº 020.910.164-46 e a empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.280.003/0001-91, estabelecida na QD 401 Sul, Av. Teotônio Joaquim Segurado, LT. 17, Sala 404, ACSU SO 40, Cj. 01, CEP 77.015-550, Palmas - TO, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS** portador da Cédula de Identidade nº 14.383-050 SSP MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.877.846-45, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização do Comitê de Gestão Executiva da Codevasf, expressa na Resolução Regional nº 290 de 22 de novembro de 2021, constante à peça 58 do Processo nº. 59550.001289/2021-33, que, na forma do **art. 68 da Lei nº 13.303/2016**, de 30/06/2016, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, sob as seguintes cláusulas e condições:

## **1. Cláusula Primeira – OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é a elaboração de projeto básico, para a construção de uma ponte sobre o Rio Marituba, que ligará os municípios de Feliz Deserto e Penedo, no Estado de Alagoas, área de atuação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf.

## **2. Cláusula Segunda - DOCUMENTOS**

2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento

Rua Castro Alves, s/n, Bairro Santa Luzia. Penedo-Alagoas. CEP 57200-000



**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) **Edital nº 07/2021 - 5ª SR** e seus Anexos;
- b) Termo de Referência e Anexos;
- c) Especificações Técnicas, Desenho e Projeto Básico;
- d) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de 01/11/2021;
- e) Demais documentos contidos no Processo nº. 59550.000001289/2021-33.

2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

### **3. Cláusula Terceira – PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo para execução dos serviços e vigência do contrato é o estabelecido no **item 10 do Anexo II – Termo de Referência, que integra o Edital nº 07/2021 - 5ª SR.**

### **4. Cláusula Quarta – VALOR**

4.1. O valor total deste contrato é de **R\$ 161.424,00 (Cento e sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais)**, obedecidos os preços constantes da Proposta de Preços da CONTRATADA.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela **Codevasf** não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto na subcláusula anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a **Codevasf**, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

4.4. Nos preços propostos estão incluídos todos os custos, impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis sociais, lucro, despesas indiretas, encargos sociais e previdenciários, mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local do serviço, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços/fornecimentos. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

### **5. Cláusula Quinta – RECURSOS**



**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

- 5.1. As informações constam no **item 9 do Anexo I – Termo de Referência, que integra o Edital**.
- 5.2. Os recursos correrão à conta do Programa de Trabalho nº. 15.244.2217.7k66.0001 - Apoio a Projeto de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado -Nacional, *conforme Nota de Empenho 2021NE550270, emitida em 16 de dezembro de 2021.*

## **6. Cláusula Sexta - SERVIÇOS EXTRACONTRATUAIS**

- 6.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os serviços eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.
- 6.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente as referentes aos serviços extras motivados pela **Codevasf**.
- 6.3. Os serviços extracontratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela **Codevasf** ou por preposto por ela designado.

## **7. Cláusula Sétima – REAJUSTAMENTO**

- 7.1. Serão adotados os critérios de reajustamento previstos **no Item 12 do Anexo II do Termo de Referência - Edital nº 07/2021 - 5ª SR**, que integra o mesmo.

## **8. Cláusula Oitava - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 8.1. Os pagamentos dos serviços e fornecimentos serão efetuados em reais de acordo com os critérios e condições estabelecidas **no item 11 do Anexo II - Termo de Referência do Edital nº 07/2021 - 5ª SR**.

## **9. Cláusula Nona – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 9.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

9.1.1.A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na da Área de Infraestrutura da Codevasf, até a data da assinatura do contrato.

9.2.A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.

9.3.Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

9.4.A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela **Codevasf**, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da **Codevasf**.

9.5.A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

9.6.Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

9.7.Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

9.8.A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90(noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

9.9.A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

## **10. Cláusula Décima - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1.Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, garantida a defesa prévia, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;

Rua Castro Alves, s/n, Bairro Santa Luzia. Penedo-Alagoas. CEP 57200-000



**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato;
- h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.

10.2. Nos certames realizados pela modalidade Pregão, aplica-se ao contratado, no que couber, a penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, exclusivamente quanto aos ilícitos praticados durante a etapa da licitação.

10.3. Aos atos praticados após a etapa da licitação, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, no prazo de até 2 (dois) anos, previsto no art. 83 da Lei 13.303/2016.

10.4. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

10.5. Poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária.

10.6. Deve ser garantido o contraditório e a ampla defesa na aplicação das sanções administrativas, mediante abertura de prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa.

10.7. A multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do respectivo contratado.

10.8. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.9. A sanção de suspensão, prevista no subitem 10.1 observará os parâmetros estabelecidos no Regulamento de Licitações e Contratos da Codevasf, e pode ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

10.10. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016 e arts. 89 a 99 da Lei 8.666/93, conforme preconiza o art. 41 da Lei 13.303/2016.

10.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.12. Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.

## **11. Cláusula Décima Primeira - Multa**

11.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas em Lei.

11.2. Nos casos de inexecução parcial dos serviços/fornecimentos, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

11.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico ou no atendimento às exigências contratuais e edificações, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.





**5.191.00/2021**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas edilícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
c) Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e local de execução dos serviços.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do serviço, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
e) Pelo atraso na conclusão do serviço, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

11.4.Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.5.Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
- Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência Regional de Finanças da Codevasf – GRA/UFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

Rua Castro Alves, s/n, Bairro Santa Luzia. Penedo-Alagoas. CEP 57200-000



7

**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

11.6.A contratada terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05(cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

11.7.Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá relevar ou não a multa.

11.8.Em caso de ser relevada a multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo o ato novação contratual, nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

11.9.Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **12. Cláusula Décima Segunda - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

12.1.O acompanhamento e fiscalização dar-se-ão conforme **item 16 do Termo de Referência, Anexo II do Edital nº 07/2021 - 5ª SR.**

12.2.A Codevasf, por meio do fiscal designado, terá poderes para fiscalizar periodicamente o efetivo pagamento dos valores salariais lançados na proposta contratada, mediante a verificação das folhas de pagamento referentes aos meses de realização dos serviços, de cópias das carteiras de trabalho dos empregados, dos recibos e dos respectivos documentos bancários, entre outros meios de fiscalização cabíveis, conforme o Acórdão 1125/2009 – Plenário do TCU.

## **13. Cláusula Décima Terceira - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

13.1.O recebimento dos serviços será realizado conforme **item 17 do Termo de Referência, Anexo II do Edital nº 07/2021 - 5ª SR.**

## **14. Cláusula Décima Quarta - ADITAMENTO CONTRATUAL**

14.1.A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

## **15. Cláusula Décima Quinta - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**



**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

15.1.A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no **item 19 do Termo de Referência, Anexo II do Edital nº 07/2021 - 5ª SR**

**16. Cláusula Décima Sexta - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

16.1.A observância às Obrigações da Empresa Contratada será de acordo com o previsto no **item 20 do Termo de Referência, Anexo II do Edital nº 07/2021 - 5ª SR.**

**17. Cláusula Décima Sétima - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.**

17.1.A observância às Obrigações da Empresa Contratante será de acordo com o previsto no **item 21 do Termo de Referência, Anexo II do Edital nº 07/2021 - 5ª SR.**

**18. Cláusula Décima Oitava - DANO MATERIAL OU PESSOAL**

18.1. A Contratada será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à Codevasf ou a terceiros.

18.2. Correrão por conta da Contratada as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela Codevasf, para reparação desses danos ou prejuízos.

18.3. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

**19. Cláusula Décima Nona – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE**

19.1.A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no item 21 do **Edital nº 07/2021 - 5ª SR.**

**20. Cláusula Vigésima - RESCISÃO**

20.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- i. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

Rua Castro Alves, s/n, Bairro Santa Luzia. Penedo-Alagoas. CEP 57200-000

9



**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

- ii. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- iii. a lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir a não conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- iv. o atraso injustificado no início do serviço;
- v. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- vi. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- vii. o não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- viii. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- ix. a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- x. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- xi. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir prejuízo à execução do serviço ou fornecimento;
- xii. o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência da contratada;
- xiii. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Codevasf por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; e
- xiv. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.



**5.191.00/2021**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
5ª/Assessoria Jurídica

## **21. Cláusula Vigésima Primeira – PUBLICAÇÃO**

21.1. A **Codevasf** providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## **22. Cláusula Vigésima Segunda - FORO**

22.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da subseção Judiciária de Maceió - AL.

22.2.E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Penedo-AL, 17 de dezembro de 2021

---

**JOÃO JOSÉ PEREIRA FILHO**  
Superintendente Regional da 5ª SR  
CODEVASF

---

**FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**  
VIATEC ENGENHARIA LTDA

### **TESTEMUNHAS:**

a)  
CPF/MF nº

b)  
CPF/MF nº







**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

**CONTRATO** que entre si fazem a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF** e a empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, na forma abaixo.

**Contrato nº 0.700.00/2021**

**A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF**, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu(ua) Diretor Presidente, **MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG 08374272- 74 SSP/BA, inscrito no CPF 008.261.025-81, residente e domiciliado nesta Capital, e pelo Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura, **ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR**, brasileiro, portador da carteira identidade RG nº 702489 SSP/MA e inscrito no CPF/MF nº 250.692.763-87, residente e domiciliado nesta Capital, vem, celebrar o presente contrato com a empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.280.003/0001-91, estabelecida na Q 104 Sul Av. LO 01, SN, Bairro Diretor Sul, CEP 77.020-020, Palmas/TO, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**, portador da carteira de identidade MG14383050 SSP MG, CPF nº 015.877.846-45, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Qd. ARSE 82 Alameda 02 Lote HM-01 Apto 02-A, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP 77.023-064, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da Codevasf, expressa na Resolução nº 142, de 27 de janeiro de 2022, constante à peça 125 do Processo nº 59500.000556/2021-41-e, que, na forma do art. 68 da Lei nº 13.303/2016, de 30/06/2016, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, sobas seguintes cláusulas e condições:

**1. Cláusula Primeira – OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviço continuado para apoio técnico-administrativo na gestão de projetos, obras, contratos e convênios na área de atuação da sede da codevasf no estado do Rio Grande do Norte.

- 1.1. A descrição geral dos serviços encontra-se detalhada no Termo de Referência, que é parte integrante do Edital, caracterizados nas Especificações Técnicas e quantificados na Planilha de Custos e Formação de Preços que integram o mencionado Termo de Referência.
- 1.2. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016, de 30/06/2016, tendo sido a licitação realizada nos termos bem como pela Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 10.024/2019, sob o regime de empreitada por preço global, através do modo de disputa aberto e fechado, segundo disposições das referidas Leis e Decreto.

**2. Cláusula Segunda - DOCUMENTOS**

- 2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

- a) Edital nº 101/2021 e seus Anexo(s);
- b) Termos de Referência e Anexo(s);
- c) Anexos da Licitação e Comprobatórios;
- d) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação.
- e) Demais documentos contidos no Processo nº 59500.000556/2021-41-e.

2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

### **3. Cláusula Terceira - PRAZO**

3.1. A duração do contrato será de **12 (doze) meses**, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de celebração, conforme estabelecido no art. 71 da Lei 13.303/2016, tendo eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, e será avaliado anualmente de maneira a evidenciar se os preços e as condições ainda permanecem vantajosas para a CODEVASF, podendo ser rescindido por razões de interesse público caso a vantagem não seja comprovada, e prorrogado na forma dos §§ 2º e 3º do art. 133 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, nos seguintes casos:

- a) Houver interesse da Codevasf;
- b) Forem comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da CONTRATADA;
- c) For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
- d) Estiver justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
- e) Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.

3.1.1. O prazo será contado da data de celebração do instrumento de contrato, com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

3.1.2. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.

3.1.3. O Gestor do Contrato, de posse dos documentos que compõem a solicitação de prorrogação de vigência do contrato, emitirá Nota Técnica e submeterá à Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

3.1.4. Após emissão de parecer jurídico, sendo este favorável ao pleito, o Gestor do Contrato elaborará Proposição e submeterá à apreciação da Diretoria Executiva, com vistas à autorização para celebração de Termo Aditivo.

3.1.5. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela Codevasf se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

- 3.2. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal, Estadual e Municipal), Previdência Social (CND), DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 111 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 3.3. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

**4. Cláusula Quarta – VALOR**

- 4.1. O valor total deste contrato é de R\$ 1.715.458,56 (um milhão, setecentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) obedecidos os preços unitários ou global constantes da Proposta de Preços da CONTRATADA.
- 4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela Codevasf não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.
- 4.3. A infringência do disposto na subcláusula anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a Codevasf, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.
- 4.4. Nos preços propostos estão incluídos todos os custos, impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis sociais, lucro, despesas indiretas, encargos sociais e previdenciários, BDI, mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre as obras/serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

**5. Cláusula Quinta – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 5.1. Os recursos correrão à conta dos programas de trabalho 18.544.2221.109J.0001 - Construção de Adutoras, no valor de R\$ 3.095.221,44 e 18.244.2217.7k66.0001 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional, no valor de R\$ 2.959.005,24, categoria econômica 4, sob gestão da Área de Desenvolvimento e Infraestrutura. A disponibilidade orçamentária foi atestada pelo DPO nº 042/2021-L.00 (peça 78). NOTAS DE EMPENHO: [440497, 440498, 440499, 440528, 440530].

**6. Cláusula Sexta - SERVIÇOS EXTRA CONTRATUAIS**

- 6.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os serviços eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.
- 6.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente, as referentes aos serviços extras



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

motivados pela Codevasf.

- 6.3. Os serviços extracontratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela Codevasf ou por preposto por ela designado.

## **7. Cláusula Sétima – REPACTUAÇÃO**

- 7.1. Será permitida a repactuação do preço do contrato, mediante celebração de termo aditivo, visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, admitindo, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.
- 7.2. O critérios para a repactuação contratual estão expostos no **item 10,11 e 12 do Termo de Referência, do Edital n.º 101/2021.**

## **8. Cláusula Oitava - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 128 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, observado a retenção da última fatura conforme item 12.2 e apresentação de prova da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 72 do referido regulamento.
- 8.2. Quando da rescisão contratual e ao final do prazo contratual, será procedida a retenção da garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, até o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. Tais recursos poderão ser utilizados para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.
- 8.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Codevasf, será de até 30 (trinta) dias, contado da data final do período de adimplemento, conforme estabelece o inciso X, do art. 33, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 8.4. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:
- 8.4.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.4.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.5. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – CONFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- b) Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

8.5.1. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida neste Contrato remunera inteiramente a CONTRATADA pela execução dos serviços, incluindo:

- a) Custo de mão de obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
- b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
- d) Moradia, alimentação e transporte.

8.5.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega das faturas/notas fiscais pela CONTRATADA.

8.5.2.1. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.

8.5.2.2. Caso a fiscalização não ateste a faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa CONTRATADA, sendo o prazo estabelecido no subitem 8.5.2.1 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.

8.5.3. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada serviço faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.

8.5.4. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela Codevasf, e, que cubram a execução do objeto.

8.5.5. É de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA a entrega a Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela Codevasf dos prazos estabelecidos.

8.5.6. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

CONTRATADA, dos seguintes recolhimentos:

- a) Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (Art. 31, da Lei 8.212, de 24/07/91), juntamente com o relatório SEFIP/GEFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Específico do INSS – CEI, da obra objeto da presente licitação.
  - a1) No primeiro faturamento deverá ser apresentada a inscrição no CEI, conforme art. 19, Inciso II c/c art. 47, Inciso X da IN 971/09 SRF.
- b) FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS com autenticação eletrônica, via bancária.
- c) ISS: Caso o município onde serão executados os serviços não disponha de convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, para retenção do ISS, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o formulário DAM – Documento de Arrecadação Municipal, correspondente ao valor do ISS da Nota Fiscal anteriormente apresentada, com a identificação do número da respectiva Nota Fiscal e alíquota incidente, com a devida autenticação Bancária, conforme Lei Complementar nº. 116/2003.

8.5.7. As comprovações relativas ao INSS, FGTS e ISS a serem apresentadas deverão corresponder à competência anterior ao mês da emissão da NFS apresentada. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, ocorrerá por parte da Codevasf, a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.

8.5.8. No caso da data de recolhimento do ISS ser posterior àquela citada ou ainda em caso de isenção, deverá ser apresentada declaração da Prefeitura com a indicação de sua data limite de recolhimento ou da condição de isenção.

8.5.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

- a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/91, bem como a IN 971/09 – SRF;
- b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;
- c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.5.10. As faturas só serão encaminhadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, caso contrário, serão, de forma imediata, devolvidas à empresa CONTRATADA para correções.

8.5.11. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

8.5.12. Não constituem motivos de pagamento pela Codevasf serviços em excesso, desnecessários à execução do objeto e que forem realizados sem autorização prévia da



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Contrato.

- 8.5.13. A empresa CONTRATADA deverá manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal - CADIN, conforme disposto no Art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 8.5.14. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da CONTRATADA, está será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativas e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao descumprimento do inciso IX do Art. 69, da Lei nº 13.303, de 30/6/2016.
- 8.5.15. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 8.5.16. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 8.5.17. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 8.5.18. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 8.5.19. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, conforme § 1º do art. 77 da Lei nº 13.303/2013.
- 8.5.20. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 8.3, caso em que a Codevasf efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$AM = P \times I$$

Onde:

- AM = Atualização Monetária;
- P = Valor da Parcela a ser paga;
- I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = \left[ \left( \frac{1 + im1}{100} \right)^{dm1/30} \times \left( \frac{1 + im2}{100} \right)^{dm2/30} \times \dots \times \left( \frac{1 + imn}{100} \right)^{dmn/30} \right] - 1$$



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

Onde:

- $i$  = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;
- $d$  = Número de dias em atraso no mês “m”;
- $m$  = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 8.5.20.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo o último índice conhecido.
- 8.5.20.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 8.6. O contrato celebrado pode ser alterado, por acordo entre as partes, fundamentadamente, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar, quando necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Codevasf para a justa remuneração da obra, serviço, fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual nos termos do inciso VI do Art. 134 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

## **9. Cláusula Nona – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 9.1 A licitante vencedora prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 9.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 9.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 9.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o art. 135 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF.
- 9.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 9.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

das demais obrigações nele previstas;

- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

- 9.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 9.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 9.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 9.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 9.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 9.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 9.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 9.12 Será considerada extinta a garantia:
- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 9.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 9.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e seus Anexos.
- 9.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

- 9.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 9.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:
- (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou
  - (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**10. Cláusula Décima – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

- 10.1 O controle e a fiscalização dar-se-ão conforme **item 11 do Termo de Referência, do Edital n.º 101/2021.**
- 10.2 A Codevasf, por meio do fiscal designado, terá poderes para fiscalizar periodicamente o efetivo pagamento dos valores salariais lançados na proposta contratada, mediante a verificação das folhas de pagamento referentes aos meses de realização dos serviços, de cópias das carteiras de trabalho dos empregados, dos recibos e dos respectivos documentos bancários, entre outros meios de fiscalização cabíveis, conforme o Acórdão 1125/2009 – Plenário do TCU.

**11 Cláusula Décima Primeira - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. As sanções administrativas dar-se-ão conforme **Item 17 do Termo de Referência e Edital n.º 101/2021.**

**12 Cláusula Décima Segunda - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1 As Obrigações das Partes, com a definição das responsabilidades da Contratada e da Codevasf encontram-se previsto nos **Itens 14 e 15 do Termo de Referência, do Edital n.º 101/2021.**

**13 Cláusula Décima Terceira - DANO MATERIAL OU PESSOAL**

- 13.1 A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à Codevasf ou a terceiros.
- 13.2 Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela Codevasf, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 13.3 Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

**14 Cláusula Décima Quarta – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE**

**14.1** A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no **anexo do Edital n.º 101/2021**.

**15 Cláusula Décima Quinta - RESCISÃO**

**15.1** Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) a lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, a não conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;
- e) a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- f) a subcontratação total do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) o não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- i) a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir prejuízo à execução da obra ou serviço;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Codevasf e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) a supressão, por parte da Codevasf, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016;
- n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Codevasf, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) a não liberação, por parte da Codevasf, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- p) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- q) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

**16 Cláusula Décima Sexta – PUBLICAÇÃO**

- 16.1 A **Codevasf** providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

**17 Cláusula Décima Sétima - FORO**

- 17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 17.2 E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Brasília, DF.

\_\_\_\_\_  
**MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO**  
Diretor Presidente da CODEVASF

\_\_\_\_\_  
**ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR**  
Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da CODEVASF

\_\_\_\_\_  
**FÁBIO VINÍCIUS DE SOUZA SANTOS**  
Sócio/Administrador da VIATEC ENGENHARIA LTDA

TESTEMUNHAS:

a)  
CPF/MF nº

b)  
CPF/MF nº



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

## **ANEXO I - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf**

**Nº do Instrumento:** 0.700.00/2021

**Finalidade do Instrumento:** Contratação de empresa para prestação de serviço continuado para apoio técnico- administrativo na gestão de projetos, obras, contratos e convênios na área de atuação da sede da codevasf no estado do Rio Grande do Norte.

Fábio Vinicius de Souza Santos, Sócio/Administrador da VIATEC ENGENHARIA LTDA, CPF nº 015.877.846-45, RG nº MG14383050 SSP MG, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- a) Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- b) Comissão de Ética da Codevasf: [etica@codevasf.gov.br](mailto:etica@codevasf.gov.br).

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

Brasília/DF,

---

**FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**  
**CPF: 015.877.846-45**



**EDITAL Nº01/2023**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**OBJETO:** Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e Projeto Básico de Engenharia para construção de uma ponte sobre o Rio Paranã, vias de acesso e infraestrutura completa, visando o desvio do tráfego no entorno da Barragem do Paranã nas proximidades da GO -485 e GO-116, localizadas no estado de Goiás.

**DECLARAÇÃO EXPRESSA DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO DE INDICAÇÃO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Em atendimento ao presente Processo Licitatório N° 01/2023, na Modalidade: Pregão Eletrônico, eu Eng. Civil BRUNO MARQUES ROCHA – Registro 97.712/D-MG, venho respeitosamente junto a Comissão Permanente de Licitação, que estou ciente e de pleno acordo com a indicação/inclusão feita pela empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 18.280.003/0001-91, estabelecida na Quadra 401 Sul, Avenida Teotônio Segurado, Lote 17, sala 404, Palmas/TO, para fazer parte da equipe técnica da referida empresa no cargo de Engenheiro Civil, durante a execução integral dos serviços, objeto dessa licitação citada no caput deste, me comprometendo a conduzir de forma efetiva e integral todas as atividades de minha competência. Declaro ainda que:

**• ACEITO EM PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.**

Palmas, 13 de Julho de 2023

---

**BRUNO MARQUES ROCHA**

**ENGENHEIRO CIVIL**

**CPF nº 052.214.776-37**

**CREA 97.712/D-MG**

 Telefones: (63) **98102-9247 / 98481-0219**

 Quadra 104 Sul, Avenida LO 01, Lote 17, Sala 04, Plano Diretor Sul, Palmas-TO



QUALIFICAÇÃO

**ECONÔMICO-FINANCEIRA**

---

TERMO DE ABERTURA

---

ESTAS FOLHAS NUMERADAS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO  
SERVIRÃO DE REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO Nº 1 DA FIRMA:

VIATEC ENGENHARIA LTDA ME  
QUADRA 401 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO SN - LOTE 17 ACSU SO 40 - SALA 404 CONJ. 01 - PLANO DIRETOR SUL - 77 015-550  
PALMAS - TO

C.N.P.J (MF): 18.280.003/0001-91  
CADASTRO ESTADUAL:  
REG. JUNTA COMERCIAL: 17200416213 EM 24/05/2013

ESTE DOCUMENTO REGISTRARÁ AS ESCRITURAÇÕES CONTÁBEIS REALIZADAS  
COM DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E CONSTA  
054 FOLHAS ELETRONICAMENTE NUMERADAS DE 0001 A 0054

PALMAS - TO, 01 de janeiro de 2022

---

FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS  
CPF: 015.877.846-45  
SOCIO ADMINISTRADOR

---

GERALDO CORREA ROQUE  
Contador(a) CRC: 004812  
CPF: 270.059.501-78



**Balanco Patrimonial - Exercício de 2022**  
**CNPJ : 18.280.003/0001-91 - REG. JUNTA COMERCIAL: 17200416213 EM 24/05/2013**

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
ATIVO CIRCULANTE	7.655.822,51 D	5.922.757,75 D	PASSIVO CIRCULANTE	373.885,67 C	93.346,29 C
DISPONIBILIDADES	7.547.431,48 D	5.826.253,25 D	OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	373.885,67 C	93.346,29 C
CAIXA GERAL	7.547.431,48 D	5.826.253,25 D	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	259.374,70 C	10.892,40 C
CAIXA	7.547.431,48 D	5.826.253,25 D	SALARIOS A PAGAR	65.336,44 C	0,00
			PRO LABORE A PAGAR	8.632,84 C	1.958,00 C
CRÉDITOS	108.391,03 D	96.504,50 D	FGTS A RECOLHER	8.536,39 C	0,00
			INSS A RECOLHER	131.999,15 C	2.046,00 C
IMPOSTOS A RECUPERAR	108.391,03 D	96.504,50 D	IRRF S/SALARIOS A RECOLHER	40.874,65 C	0,00
IRPJ A RECUPERAR	108.391,03 D	96.504,50 D	INSS PARCELADO A RECOLHER	3.995,23 C	6.888,40 C
			IMPOSTOS A PAGAR	114.510,97 C	82.453,89 C
			ISSQN A RECOLHER	91.003,88 C	78.191,06 C
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	3.952,71 D	7.954,27 D	PIS A RECOLHER	431,44 C	109,08 C
			COFINS A RECOLHER	1.991,29 C	503,40 C
IMOBILIZADO	3.952,71 D	7.954,27 D	IRPJ A RECOLHER	607,51 C	0,00
BENS MÓVEIS	22.021,80 D	22.021,80 D	CSLL A RECOLHER	20.178,46 C	916,10 C
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	17.993,80 D	17.993,80 D	IMPOSTOS FEDERAIS PARCELADO A RECOLHER	298,39 C	2.734,25 C
MOVEIS E UTENSILIOS	4.028,00 D	4.028,00 D			
(-)DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	18.069,09 C	14.067,53 C	PATRIMÔNIO LIQUIDO	7.285.889,55 C	5.837.365,73 C
DEPREC DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	14.741,51 C	11.142,75 C			
DEPREC DE MOVEIS E UTENSILIOS	3.327,58 C	2.924,78 C	CAPITAL PROPRIO	7.285.889,55 C	5.837.365,73 C
TOTAL ATIVO	7.659.775,22 D	5.930.712,02 D	CAPITAL SUBSCRITO	500.000,00 C	500.000,00 C
			CAPITAL SOCIAL	500.000,00 C	500.000,00 C
			RESERVAS DE LUCROS	6.785.889,55 C	5.337.365,73 C
			LUCROS ACUMULADOS	6.785.889,55 C	5.337.365,73 C
			TOTAL PASSIVO	7.659.775,22 C	5.930.712,02 C

**PALMAS - TO , 31 de dezembro de 2022**

\_\_\_\_\_  
FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS  
SOCIO ADMINISTRADOR  
CPF: 015.877.846-45

\_\_\_\_\_  
GERALDO CORREA ROQUE  
Contador(a) CRC: 004812  
CPF: 270.059.501-78  
R.G.:930652 Org. Exp.:SSP/GO



QUADRA 401 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, SN, LOTE 17 ACSU SO 40, Sala SALA 404 CONJ. 01, PLANO DIRETOR SUL  
PALMAS - TO CEP: 77015550

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 - CNPJ: 18.280.003/0001-91**

<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.906.607,42	
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>2.906.607,42</b>	<b>2.906.607,42</b>
<b>(-)DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
PIS S/FATURAMENTO	(19.992,29)	
COFINS S/FATURAMENTO	(92.272,08)	
IRPJ S/FATURAMENTO	(102.336,19)	
CSLL S/FATURAMENTO	(88.581,18)	
ISSQN	(153.796,80)	
<b>RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA</b>	<b>(456.978,54)</b>	<b>2.449.628,88</b>
<b>DESPESAS</b>		
SALARIO BASE		
PRO LABORE	(510.000,73)	
SALDO DE SALARIO - RESCISÕES	(90.604,00)	
FERIAS - RESCISÕES	(23.116,66)	
13º SALARIO - RESCISÕES	(7.333,34)	
13º SALARIO	(4.533,34)	
FGTS	(42.768,02)	
INSS EMPREGADOR	(46.497,48)	
AJUDA DE CUSTO	(172.918,00)	
ENERGIA ELETRICA	(17.433,29)	
INTERNET E MANUT DE SISTEMAS	(3.528,82)	
DEPRECIAÇÃO	(2.394,40)	
MANUTENÇÃO DE MAQS E EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	(4.001,56)	
IMPRESSOS E MAT DE EXPEDIENTE	(27.369,47)	
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(6.017,13)	
SEGUROS	(8.321,32)	
LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(4.536,84)	
DESPESAS COM CARTORIO	(15.079,53)	
MENSALIDADES E ANUIDADES	(347,20)	
VIAGENS E ESTADAS	(12.962,92)	
PEDAGIO	(270,00)	
TAXAS MUNICIPAIS	(54,88)	
TAXAS ESTADUAIS	(456,55)	
JUROS / MULTAS / ATM	(23,94)	
	(10.508,97)	
<b>RESULTADO LIQUIDO</b>	<b>(1.011.078,39)</b>	<b>1.438.550,49</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		
RECUPERAÇÕES DE SALARIO E ENCARGOS	9.973,33	
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO</b>	<b>9.973,33</b>	<b>1.448.523,82</b>
<b>LUCRO DO EXERCICIO</b>	<b>R\$ 1.448.523,82</b>	

TERMO DE ENCERRAMENTO

---

ESTAS FOLHAS NUMERADAS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO  
SERVIRAM DE REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO Nº 1 DA FIRMA:

VIATEC ENGENHARIA LTDA ME  
QUADRA 401 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO SN - LOTE 17 ACSU SO 40 - SALA 404 CONJ. 01 - PLANO DIRETOR SUL - 77 015-550  
PALMAS - TO

C.N.P.J (MF): 18.280.003/0001-91  
CADASTRO ESTADUAL:  
REG. JUNTA COMERCIAL: 17200416213 EM 24/05/2013

ESTE DOCUMENTO REGISTROU AS ESCRITURAÇÕES CONTÁBEIS REALIZADAS  
NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E CONSTA  
054 FOLHAS ELETRONICAMENTE NUMERADAS DE 0001 A 0054

PALMAS - TO, 31 de dezembro de 2022

---

FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS  
CPF: 015.877.846-45  
SOCIO ADMINISTRADOR

---

GERALDO CORREA ROQUE  
Contador(a) CRC: 004812  
CPF: 270.059.501-78



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VIATEC ENGENHARIA LTDA consta assinado digitalmente por:

### IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

CPF/CNPJ	Nome
01587784645	FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS
27005950178	GERALDO CORREA ROQUE

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 04/05/2023 10:03 SOB Nº 20230284191.  
PROTOCOLO: 230284191 DE 03/05/2023. NIRE: 17200416213.  
VIATEC ENGENHARIA LTDA



IONE ALVES CAMPOS MARQUES  
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO  
PALMAS, 04/05/2023  
simplifica.to.gov.br

**VIATEC ENGENHARIA LTDA**  
**Qd. 401 Sul Av. Joaquim T. Segurando Lote 17 Sala 404**  
**PLANO DIRETOR SUL - CEP 77.015-550 - PALMAS - TO.**  
**CNPJ: 18.280.003/0001-91**

**CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA**

<b>a) Índice de Liquidez Corrente ILC&gt;ou =1,00(um inteiro):</b>		
AC=Ativo Circulante	7.655.822,51	
PC=Passivo Circulante	373.885,67	
<b>ILC=(AC / PC)</b>		<b>20,48</b>

<b>b) Índice de Liquidez Geral ILG&gt;OU = 1,00 (um inteiro):</b>		
AC=Ativo Circulante	7.655.822,51	
PC=Passivo Circulante	373.885,67	
RPL=Realizável a Longo Prazo		
ELP=Exigível a Longo Prazo		
<b>ILG=(AC+RPL) / (PC + ELP)</b>		<b>20,48</b>

<b>c) Índice Endividamento Total&lt;OU =1,00(um inteiro):</b>		
PC=Passivo Circulante	373.885,67	
ELP=Exigível a Longo Prazo		
AT=Ativo Total	7.659.775,22	
<b>IET=(PC+ELP) / (AT)</b>		<b>0,05</b>

<b>d) Índice de Solvência Geral&gt;OU=1,00(um inteiro)</b>		
AT=Ativo Total	7.659.775,22	
PC=Passivo Circulante	373.885,67	
ELP=Exigível a Longo Prazo		
<b>ISG=(AT) / (PC+ELP)</b>		<b>20,49</b>

De acordo com os indicadores econômicos expostos acima, extraídos do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022, a empresa supra citada, encontra-se em boa situação econômico-financeira.

Palmas-TO, 31 de Dezembro de 2022.

FABIO VINICIUS DE  
SOUZA  
SANTOS:01587784645

Assinado de forma digital por  
FABIO VINICIUS DE SOUZA  
SANTOS:01587784645  
Dados: 2023.05.04 14:38:10 -03'00'

GERALDO CORREA  
ROQUE:27005950  
178

Assinado de forma digital  
por GERALDO CORREA  
ROQUE:27005950178  
Dados: 2023.05.04  
14:36:57 -03'00'

FABIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS  
CPF: 015.877.846-45  
SÓCIO ADMINISTRADOR

GERALDO CORREA ROQUE  
CPF: 270.059.501.78  
CONTADOR CRC TO 004812

FOLHA 1

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

N. a6e257b5

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

VIATEC ENGENHARIA LTDA

CNPJ n. 18.280.003/0001-91

Certidão emitida em: 13/07/2023, às 11:08:52 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 13/07/2023 11:08:53, dia/mês/ano, hora (formato 00:00:00)







# DECLARAÇÕES





**A**

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF

**REF.: EDITAL RDC Nº 01/2023 - FORMA ELETRÔNICA – LEI 13.303/2016**

Prezados Senhores:

A Empresa **VIATEC ENGENHARIA LDTA**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.280.003-0001-91**, por intermédio de seu representante legal o Sr. **Fábio Vinicius de Souza Santos**, portador do Documento de Identidade nº MG 14.383.050 e do CPF nº 015.877.846-45.

DECLARA, que não foi declarado inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está impedido de licitar ou contratar com a CODEVASF;

A presente declaração é feita sob as Penas da lei.

**PALMAS TO, 13 de Julho de 2023**

**Fábio Vinicius de Souza Santos**  
Representante legal  
Viatec Engenharia Ltda



## DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

**A**

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF

**REF.: EDITAL RDC Nº 01/2023 - FORMA ELETRÔNICA – LEI 13.303/2016**

Prezados Senhores,

A Empresa **VIATEC ENGENHARIA LDTA**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.280.003-0001-91**, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) **FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**, portador(a) do Documento de Identidade nº. MG 14.383.050 e do CPF nº. 015.877.846-45, DECLARA, para todos os fins de direito que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de catorze anos, senão na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Se emprega menor de quatorze na condição de aprendiz, informar:

( ) Sim ( X ) Não

Sendo só para o momento,

**PALMAS, 13 de Julho de 2023**

**Fábio Vinicius de Souza Santos**  
**Representante legal**  
**Viatec Engenharia Ltda**



## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS A HABILITAÇÃO

**A**

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF

**REF.: EDITAL RDC Nº 01/2023 - FORMA ELETRÔNICA – LEI 13.303/2016**

Prezados Senhores,

A Empresa **VIATEC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.280.003-0001-91**, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) **FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**, portador(a) do Documento de Identidade nº. MG 14.383.050 e do CPF nº. 015.877.846-45,

O signatário da presente declaração, Viatec Engenharia LTDA., representante da proponente, declara que se sujeita às condições do presente Edital – RDC 001/2023, e firma o compromisso de atender integralmente suas disposições e determinações, acatando as decisões do Presidente, autoridade superior representante da CODEVASF, estando ciente e de pleno acordo com os termos estabelecidos e o procedimento adotado.

Declara ainda, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções previstas que a empresa Viatec Engenharia LTDA., inscrita no CNPJ nº:18.280.003/001-91, encontra-se em plenas condições para participação no presente certame, não havendo sobre si qualquer sanção administrativa, judicial ou qualquer impedimento dos previstos nos arts. 86 e seguintes da lei 8.666/1993.

Sendo só para o momento,

**PALMAS, 13 de Julho de 2023**

**Fábio Vinicius de Souza Santos**  
**Representante legal**  
**Viatec Engenharia Ltda**



## DADOS DA EMPRESA

**PROJETO: ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL (EVTEA) E PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE O RIO PARANÃ, VIAS DE ACESSO E INFRAESTRUTURA COMPLETA, VISANDO O DESVIO DO TRÁFEGO NO ENTORNO DA BARRAGEM DO PARANÃ NAS PROXIMIDADES DA GO-485 E GO-116, LOCALIZADAS NO ESTADO DE GOIÁS**

EDITAL RDC Nº 01/2023

MODALIDADE: FORMA ELETRÔNICA – LEI 13.303/2016 - MENOR PREÇO

Fl. 1/1

### FORMA DE CONSTITUIÇÃO

**SOCIEDADE ANÔNIMA ( )**

**SOCIEDADE LIMITADA ( X )**

**INDIVIDUAL ( )**

### DIREÇÃO E REPRESENTAÇÃO LEGAL

NOME

NACIONALIDADE

CARGO

FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS

BRASILEIRO

SÓCIO/DIRETOR

### RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS - RESPECTIVOS ENDEREÇOS E GERENTES

01	QUADRA 401 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, LOTE 17, SALA 404, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS, TO, 77015550	FÁBIO VINICIUS

NÚMERO DE REGISTRO NO CNPJ	DATA DE CONSTITUIÇÃO	REGISTRO NÚMERO	ÓRGÃO DE REGISTRO
18.280.003/0001-91	24/05/2013	17200416213	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

REGISTRO EM ENTIDADES PROFISSIONAIS (SEDE)			ÚLTIMA ALTERAÇÃO SOCIAL E DATA	
ÓRGÃO	NÚMERO	DATA	NÚMERO DO REGISTRO	ÓRGÃO DO REGISTRO
CREA-TO	32560	29/07/2013	0000003242	CREA-TO

Nome do Informante:

**FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**

Assinatura:

*Fábio Vinicius de Souza Santos*

Data:

**13/07/2023**

📞 Telefones: (63) 98102-9247 / 98481-0219

📍 Quadra 104 Sul, Avenida LO 01, Lote 17, Sala 04, Plano Diretor Sul, Palmas-TO



## DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que a empresa Viatec Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ (MF) nº18.280.003/0001-91, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO	01/07/2021 - 31/01/2022	R\$ 580.904,78
AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO	01/07/2021 - 31/01/2022	R\$ 452.769,04
EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO	01/03/2021 - 07/07/2023	R\$ 497.500,00
CODEVASF- PENEDO	20/12/2021 - 20/06/2022	R\$ 161.424,00
CODEVASF	20/12/2021 - 20/06/2022	R\$ 117.975,00
AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO	01/07/2022 - 31/07/2023	R\$ 940.000,00
AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO	10/01/2023 - 31/08/2023	R\$ 244.000,00
AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO	10/07/2023 - 31/08/2023	R\$ 211.000,00
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS=		<b>R\$ 3.205.572,82</b>

Palmas TO, 13 de Julho de 2023

**VIATEC ENGENHARIA LTDA**

**CNPJ. 18.280.003/0001-91**

**Fábio Vinicius de Souza Santos**

**CPF. 015.877.846-45**

**ENDEREÇO AGETO** - RODOVIA TO-010 KM-001 SETOR LESTE 1A. ETAPA LT. 11, PALMAS TO

**ENDEREÇO EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO:** AV. AUGUSTO FRANCO, Nº. 3340, BAIRRO PONTO NOVO. ARACAJU-SE.

**ENDEREÇO CODEVASF:** Rua Castro Alves, s/n, Santa Luzia, CEP 57200-000, Penedo/AL

📞 Telefones: (63) **98102-9247 / 98481-0219**

📍 Quadra 104 Sul, Avenida LO 01, Lote 17, Sala 04, Plano Diretor Sul, Palmas-TO



## **Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf**

EDITAL 01/2023:

A pessoa física/jurídica Viatec Engenharia Ltda, CPF/CNPJ nº 18.280.003/0001-91, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-lo e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto n.º 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidoria.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: [etica@codevasf.gov.br](mailto:etica@codevasf.gov.br)

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

Palmas TO, 13 de Julho de 2023

**VIATEC ENGENHARIA LTDA**

**CNPJ. 18.280.003/0001-91**

***Fábio Vinicius de Souza Santos***

**CPF. 015.877.846-45**